



**Conservação da Abetarda, Sisão e Peneireiro-das-torres nas
estepes cerealíferas do Baixo Alentejo**

Projecto LIFE07/NAT/P/654

Relatório Técnico da Acção D1

FASE II

Centro de Investigação e Intervenção Social / CIS-IUL

**Equipa Técnica:
Paula Castro (coordenação)
Carla Mouro
Sofia Jacinto**

Lisboa, Dezembro de 2012

CIS IUL
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
E INTERVENÇÃO SOCIAL
Instituto Universitário de Lisboa



Av^a das Forças Armadas
Edifício ISCTE
1649-026 Lisboa
PORTUGAL
Tel. (+351)217903079
Fax. (+351)217903962

<http://www.cis.com.pt/>

Projecto LIFE Estepárias “Conservação da Abetarda, Sisão e Peneireiro da Torres nas Estepes Cerealíferas do Baixo Alentejo” (LIFE07/NAT/P/0000654).

Beneficiário – Coordenador



Beneficiários – Associados



Financiamento comunitário:



Co-financiadores:



Saiba mais sobre este projecto em <http://www.lifesteparias.lpn.pt/>

Índice

I.	Introdução.....	5
1.	Breve enquadramento da Fase I e objectivos para a Fase II.....	6
II.	Debates sobre participação cívica - Principais dimensões de caracterização e comparação.....	8
1.	O debate de ideias nos diferentes formatos de reflexão: narrativa de episódios vs. reflexão proposicional.....	8
2.	Acção individual e colectiva na adaptação a processos de mudança social.....	9
3.	O contexto da mudança social: comparação entre as zonas de intervenção do projecto.....	10
4.	A mudança social nos diferentes tipos de proximidade com as leis e/ou a implementação das mesmas.....	11
III.	Metodologia.....	12
1.	Participantes.....	13
2.	Procedimento.....	14
3.	Enfoque analítico.....	15
IV.	Análise do material das reuniões de grupo.....	16
1.	Tipos de representação e organização do discurso.....	16
2.	Caracterização da Acção.....	17
a)	Acções x Tipos de Proximidade com a Lei.....	20
b)	Comparação por Tipo de Discurso.....	21
c)	Comparação por Zonas.....	21
3.	Caracterização das <i>Narrativas de episódios</i> – Descrição do processo da acção.....	22
a)	Agentes/ Participantes na acção.....	22
a)	Problemas.....	24
b)	Resultados.....	26
c)	Causas do Problema.....	28
4.	Factores que influenciam a Acção –Barreiras e Facilitadores.....	29
a)	Barreiras à acção.....	29
b)	Facilitadores da acção.....	33
V.	Conclusões.....	39
VI.	Referências bibliográficas.....	42
VII.	Anexo A.....	44

Índice de tabelas

Tabela 1. Descrição das áreas temáticas abordadas no guião de entrevista	13
Tabela 2. Descrição dos participantes das reuniões de grupo.	14
Tabela 3. Relação entre <i>Fases</i> do guião da reunião de grupo e os Formatos de Reflexão dos participantes nas três zonas.	17
Tabela 4. <i>Acções</i> referidas no global e para grupos com diferentes <i>Níveis de Proximidade com a Lei</i>	19
Tabela 5. Relação entre as <i>Acções</i> e os <i>Formatos de Reflexão</i> , global e por zona de intervenção	21
Tabela 6. Agentes/Participantes identificados nos <i>Episódios</i> , no global e para as três áreas de intervenção.	24
Tabela 7. Problemas identificados nos <i>Episódios</i> , no global e para as três áreas de intervenção.	26
Tabela 8. Resultados identificados nos <i>Episódios</i> , no global e para as três áreas de intervenção.	27
Tabela 9. Causas do Problema identificadas nos <i>Episódios</i> , no global e para as três áreas de intervenção.	29
Tabela 10. Relação entre Barreiras e Tipos de Discurso, no global e para as três áreas de intervenção.	32
Tabela 11. Comparação das <i>Barreiras</i> às acções entre os grupos com diferentes <i>Níveis de Proximidade com a Lei</i>	33
Tabela 12. Relação entre Facilitadores e Tipos de Discurso, no global e para as três áreas de intervenção.	37
Tabela 13. Comparação dos <i>Facilitadores</i> das acções entre os grupos com diferentes <i>Níveis de Proximidade com a Lei</i>	38

I. Introdução

Nas sociedades contemporâneas uma das principais formas de introduzir mudança social no âmbito da protecção da biodiversidade é a inovação legal (Castro e Mouro, 2011), ou seja, a definição e implementação de novas leis que acarretam alterações a práticas e ideias anteriores. A *Rede Natura 2000* constitui um exemplo particularmente ilustrativo de inovação legal para a protecção da biodiversidade. Esta *Rede de Zonas Protegidas* está associada a um conjunto de instrumentos legais, definidos através de directivas europeias e transpostos para as legislações nacionais, que identificam certos espaços como de protecção ecológica prioritária e definem o que se pode e não pode fazer dentro deles em termos de usos do solo.

Actualmente a Rede Natura cobre uma diversidade de propriedades públicas e privadas em zonas predominantemente rurais. Fazem parte desta rede as Zonas de Protecção Especial (ZPE) que foram estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves 79/409/CEE de 2 de Abril, e se destinam essencialmente a garantir a conservação de espécies de aves endémicas, ou migratórias de ocorrência regular, que estejam ameaçadas de extinção. A legislação que regulamenta a Rede Natura tem como princípio orientador a compatibilidade entre as actividades humanas e a preservação dos valores naturais, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social. O percurso que tem vindo a ser efectuado mostra, no entanto, que estas propostas legais foram recebidas com alguma contestação nas comunidades que são abrangidas (e.g., Hienpadää, 2005; Stoll-Kleeman, 2001), sugerindo que estes processos de mudança social precisam ser melhor compreendidos.

Para fomentar a adesão às práticas sustentáveis previstas para estas áreas, a Comissão Europeia (CE) tem investido em projectos que visam a conservação das espécies ameaçadas e seus habitats. O projecto **LIFE Estepárias** (LIFE07/NAT/P/0000654), onde se enquadra o presente relatório, é um exemplo disso. O projecto tem como principal objectivo promover a conservação da Abetarda (*Otis Tarda*), do Sisão (*Falco Naumanni*) e do Peneireiro-das-Torres (*Tetrax Tetrax*) na estepe cerealífera do Baixo Alentejo. Esta estepe consiste no cultivo extensivo de cereais num esquema tradicional de rotação de culturas, de que resulta um mosaico de searas, alqueives, restolhos e pousios, essenciais à sobrevivência destas aves.

As três espécies alvo deste projecto são altamente vulneráveis às mudanças de práticas agrícolas, que num passado recente causaram perda e fragmentação de habitats. Entre as principais ameaças identificadas estão a perda de locais para nidificar, a interacção com linhas de alta tensão, a vulnerabilidade a predadores (devido à diminuição de exemplares de espécies cinegéticas como o coelho-bravo) e a perturbação causada por actividades humanas. Consequentemente, o projecto propôs-se a desenvolver acções com vista a minimizar estas ameaças e a assegurar a conservação a longo prazo destas três espécies, promovendo práticas agrícolas e cinegéticas compatíveis com a protecção do seu habitat. Para efectuar estas acções, o projecto conta com a colaboração próxima de agricultores, proprietários e outros agentes locais, promovendo o seu envolvimento e implicação nos

esforços de conservação destas espécies (conteúdos mais detalhados deste projecto podem ser consultados em www.lifeesteparias.lpn.pt).

No âmbito do projecto, a **acção D.1, Implementação de um programa de participação pública**, que o CIS desenvolveu, teve como **objectivo geral** a descrição e compreensão das reacções das comunidades locais face às regulamentações e práticas de conservação da natureza e das aves estepárias. Os trabalhos desenvolvidos nesta acção estiveram organizados em duas fases. A **Fase I** procurou **descrever o processo de adaptação a e aceitação das novas regulamentações e práticas de conservação da natureza e das aves estepárias** (Relatório Acção D.1 – Fase I, 2011). Para isso, procurou aceder às variáveis psicossociais e contextuais que contribuem para as escolhas das comunidades que vivem nas zonas de habitat das aves estepárias face à conservação destas espécies. A **Fase II** procurou **clarificar resultados específicos obtidos na fase anterior**, concretamente os resultados **relativos ao baixo envolvimento cívico das comunidades** nas questões da conservação da biodiversidade.

1. Breve enquadramento da Fase I e objectivos para a Fase II

Na Fase I ilustrámos como, embora a conservação da biodiversidade seja um valor societal que as comunidades locais não querem contestar de forma explícita, estas comunidades pretendem obter também algum espaço para o debate e reformulação das leis que as governam. **As reacções das populações a novas leis incluem, portanto, elementos de aceitação e de resistência, que coexistem na comunidade** (Castro e Mouro, 2011), tal como a investigação sobre os processos de mudança social promovida por leis tem vindo a sugerir (Hernandez, 2010; Staerklé, 2004). De facto, o processo de transformação de leis em normas e práticas da comunidade não se traduz no descartar imediato de antigas ideias e práticas (Castro e Batel, 2008; Lima, 2009; Spini e Doise, 1998), resultando antes no debate e negociação destas propostas (Carrus et al., 2005; Chan et al., 2007; Mouro e Castro, 2010; Visser et al., 2007).

Neste sentido, os resultados da Fase I da acção D1 tornaram saliente que **os residentes e grupos com interesses investidos gostariam de alargar o leque de actores que intervêm nos processos de decisão**. Para tal, alguns grupos requerem maior representação nos fóruns de decisão, quer colectiva (os participantes do sector da agricultura e cinegética), quer individual (os representantes do poder local e associações de desenvolvimento local). No entanto, verificou-se também que **a iniciativa local para intervir nestas matérias é, em geral, ainda incipiente**. Apenas alguns participantes, ligados ao poder local ou a Associações de Desenvolvimento local, se propuseram a assumir um papel activo (participação nos debates, proposta de soluções alternativas ou mesmo de alterações à lei, pressionar as suas associações para agir) nas tomadas de decisão; a maioria adoptaria antes um papel passivo (ouvir, responder a questões ou apoiar propostas de outros). Este reduzido envolvimento cívico surge

associado à percepção de que o nível decisório é muito elevado, tornando difícil o acesso do cidadão comum aos processos de decisão, e de que as leis são intransponíveis ou dificilmente alteráveis. Isto sugere, por sua vez, uma preocupante percepção de falta de poder por parte das comunidades para intervir sobre o curso dos acontecimentos que os afectam. Uma vez que **os processos de acção cívica colectiva integram potencial para as comunidades redefinirem a sua identidade e se constituírem como agentes de mudança** (Campbell e Jovchelovitch, 2000; Devine-Wright, 2009; Drury e Reicher, 2005), a segunda fase desta acção pretendeu compreender melhor estes processos participativos nestas comunidades.

Para a **Fase II** desta acção definimos assim como objectivo geral conhecer os **aspectos que potenciam e os que dificultam o envolvimento cívico e as actuações individuais e colectivas de adaptação às novas regulamentações e práticas de conservação** nas comunidades que vivem nas zonas de habitat das aves estepárias. Pretende-se saber como a comunidade procura reagir à insatisfação com o processo de mudança social e à baixa percepção de poder decisório, **identificando as acções individuais e colectivas utilizadas e avaliando o impacto esperado dessas acções na comunidade e no processo de mudança social. Além disso, pretende-se conhecer os factores que intervêm na capacidade para desenvolver estas acções.** Será também analisada a **diversidade de posições nas comunidades**, sendo expectável que as reacções às propostas legais para a protecção da biodiversidade a nível local **variem entre comunidades e, dentro das comunidades, de grupo para grupo.**

A análise é apoiada pela literatura da psicologia social, comunitária e do ambiente, que estuda o **envolvimento cívico** (Castro e Batel, 2008) e as **barreiras e facilitadores** a esse envolvimento a nível local (Buchecker, Hunziker e Kienast, 2003; Castro e Mouro, 2011; Christens, 2011). Para concretizar esta análise, realizámos nove **grupos de discussão focalizada** nos quais era solicitado aos residentes que (1) narrassem episódios de participação cívica, individual e colectiva, e (2) interpretassem afirmações ilustrativas de diferentes formas de (não) actuação e representações sobre relações de poder.

O presente relatório descreve os resultados encontrados através destes grupos de discussão, organizados a partir das seguintes dimensões de análise:

1. Comparação entre **formatos de reflexão** - narrativa de episódios concretos vs. reflexão proposicional, ou abstracta - sobre a participação cívica a nível local;
2. Caracterização de **formatos de acção cívica individual e colectiva** e dos **factores relacionais – facilitadores e barreiras** – que intervêm nesta acção;
3. Comparação entre as **três comunidades locais** inquiridas, uma vez que estas têm diferentes histórias de adaptação às leis e práticas de conservação da biodiversidade e constituem, portanto, diferentes contextos de recepção da mudança;

4. Comparação entre **diferentes níveis de proximidade com as leis** e com a implementação das mesmas, convocando para a análise a diversidade de posições dentro das comunidades.

A próxima secção apresenta com maior detalhe estas dimensões de análise.

II. Debates sobre participação cívica - Principais dimensões de caracterização e comparação

Tal como referido no ponto I, o objectivo principal deste relatório consiste na descrição dos factores psicossociais que potenciam e os que dificultam o envolvimento cívico e as actuações individuais e colectivas de adaptação às leis e práticas de protecção da biodiversidade. Por conseguinte, importa identificar e descrever as dimensões de caracterização e comparação que guiaram este estudo na recolha e análise dos dados. **As duas primeiras dimensões permitem caracterizar o discurso**, pois centram-se em formatos de reflexão e nas tipologias e factores usados para descrever a participação cívica; **as duas últimas dimensões propõem factores de comparação dos discursos**, quer por zona de implementação do projecto, quer por nível de proximidade das leis.

1. O debate de ideias nos diferentes formatos de reflexão: narrativa de episódios vs. reflexão proposicional

A **narrativa** é um formato de discurso habitualmente usado para organizar as experiências quotidianas (Bruner, 1990). O modo narrativo baseia-se na **descrição de situações** que ocorreram e em que são identificados, para além da acção em causa, os agentes envolvidos na mesma, as intenções e razões que levaram à situação e outros aspectos que permitem contar a história (Bavel & Gaskell, 2004). A abordagem narrativa da construção de significados parte do pressuposto que indivíduos, grupos e instituições têm as suas próprias narrativas, que estas interagem entre si e que, em relação, influenciam o comportamento humano (Rappaport, 1995).

Este formato de discurso distingue-se de outras formas de pensar e organizar experiências e significados, como a **reflexão proposicional** (Bavel & Gaskell, 2004; Bruner, 1986). Esta caracteriza-se por um **pensamento geral e abstracto** que organiza as circunstâncias e acções em função das causas e efeitos e das associações entre os vários aspectos envolvidos (Bavel & Gaskell, 2004). Embora a narrativa e a reflexão proposicional sejam formatos de reflexão distintos, não são completamente independentes um do outro (Bavel & Gaskell, 2004; Bruner, 2002). Neste sentido, é possível encontrar elementos de reflexão proposicional, - como a exploração e aprofundamento de factores que dificultam ou facilitam o desenvolvimento de uma acção -, na narrativa de um episódio; do mesmo modo, podemos encontrar num discurso mais abstracto o recurso a experiências concretas para ilustrar a análise realizada.

Para captar as diferentes formas de reflexão sobre a acção cívica, foi proposto aos participantes (1) que contassem episódios concretos da sua experiência, e (2) que reflectissem, de forma mais abstracta, sobre uma determinada acção. Deste modo, a análise realizada visou **ilustrar e examinar as diferenças que emergem no discurso e no debate entre participantes, consoante o seu uso dos dois formatos de reflexão.**

É de esperar que o primeiro formato – **narrativa de episódios** – torne mais salientes os **detalhes sobre o processo e o desenrolar da acção cívica**, enquanto o segundo – **reflexão proposicional** – coloque em destaque **factores que influenciam as acções**. Por outras palavras, através da narrativa procura-se conhecer **as acções** que têm ocorrido, **os agentes** que as pessoas percebem como envolvidos, os **papeis** que assumem, os **resultados** das acções, e que aspectos consideram ser as **causas** dos problemas que os afectam. A um nível mais reflexivo, pretende-se explorar os **facilitadores** do envolvimento cívico, mas também as **barreiras** percebidas relativamente à implementação e ao sucesso esperado desses processos. Esta reflexão é proposta a partir de afirmações, apresentadas aos participantes, que definem diferentes tipos de (não) acção cívica e de relações de poder (Ho, Sidanius, Pratto, Levin et al., 2012) e que podem estar associadas a pressões sociais que fomentam a resignação, a delegação ou a renúncia aos direitos e deveres cívicos (Buchecker et al., 2003).

2. Acção individual e colectiva na adaptação a processos de mudança social

Um dos formatos possíveis de actuação das comunidades para assumirem um papel mais activo na mudança social é através de processos de participação cívica (Klandermans, 2002). Estes processos implicam a capacitação para e o envolvimento do público nos debates e decisões, promovendo o diálogo entre as diferentes representações que circulam dentro e fora da comunidade (Campbell e Jovchelovitch, 2000). Esta dimensão de análise centrou-se em examinar dois aspectos: (1) que acções de resistência e mudança social têm emergido nas comunidades locais; (2) que facilitadores e barreiras à participação cívica, da esfera das relações interpessoais e intergrupais, são propostos pelas comunidades.

Como já foi referido, na Fase I deste trabalho os participantes salientaram nos seus discursos o difícil acesso aos fóruns de decisão e representaram as leis como intransponíveis. Embora os níveis de participação cívica fossem reduzidos, uma forma de explorar a adesão a estas acções consiste em aprofundar como descrevem os membros da comunidade a sua capacidade de mudar a situação social, **que episódios concretos relatam e como julgam a eficácia das suas iniciativas**, individuais ou colectivas, de oposição e mudança social face à inovação legal relacionada com a protecção da biodiversidade.

Uma vez que as novas leis de protecção da biodiversidade pressupõem alterações nas relações entre diferentes grupos e entidades, propomos aqui examinar a acção cívica como um processo que assenta e se desenvolve em contextos relacionais, que são também contextos sócio-políticos. Interessamos, neste relatório, explorar a componente relacional que guia essa acção, isto é, as transacções interpessoais que fundamentam a *capacitação relacional* para a mudança no domínio sócio-político (Christens, 2011). As transacções relacionais são sustentadas por diferentes dimensões de actuação para com os outros (Christens, 2011), diferenciação que serviu de base para identificarmos diferentes **barreiras e facilitadores** da acção. Nos encontros interpessoais podem, portanto, actuar:

1) *competências colaborativas* – factores centrados no indivíduo que ajudam na formação de relações inter-pessoais e parcerias;

2) *ligações sociais* - actividade inter-pessoal, centrada na relação e no contexto em que esta ocorre, que ajuda a desenvolver a confiança e a reciprocidade entre os indivíduos e promove a construção de capital social;

3) *capacitação* - desenvolvimento da capacidade de actuar sobre problemas através da relação com os outros;

4) *redes de mobilização* - características interpessoais e instrumentais que favorecem a acção organizada em grupo; e

5) *a transmissão do legado* – uso de episódios anteriores para exemplificar o (in)desejado, transmitidos habitualmente através de relações intergeracionais, que destacam o papel da história e do tempo (Christens, 2011).

3. O contexto da mudança social: comparação entre as zonas de intervenção do projecto

Este projecto intervém junto de três comunidades diferentes, caracterizadas detalhadamente no primeiro relatório da acção D1¹, que se posicionam de forma distinta na sua relação com as novas leis (Relatório Fase I, 2011). Isto deve-se às comunidades, tal como os indivíduos, responderem de forma estratégica às propostas de mudança social, orientadas por um projecto identitário (Kelly e Streed, 2004). Para uma melhor compreensão das análises, importa salientar aqui algumas semelhanças e diferenças entre as zonas de intervenção do projecto – ZPE de Castro Verde e ZPE de Piçarras; ZPE do Vale Guadiana; e ZPE de Moura, Mourão, Barrancos².

¹ Relatório Acção D1 - Fase I, Secção 2. Caracterização do contexto da acção, página 7 e seguintes.

² Uma vez que o projecto intervém junto de quatro ZPEs distintas, torna-se relevante efectuar análises comparativas entre os residentes nos concelhos abrangidos por cada zona protegida. A ZPE de Piçarras, por ter uma extensão bastante menor do que as restantes e ter uma localização muito próxima à ZPE de Castro Verde, será examinada em conjunto com esta, sendo devidamente assinaladas as suas especificidades quando estas

Do ponto de vista demográfico, as três regiões caracterizam-se por ter uma baixa densidade populacional, ligeiramente mais elevada na ZPE de Mourão/Moura/Barrancos. Esta região tem também uma maior percentagem de população activa ligada ao sector agrícola, cerca do dobro da proporção em Castro Verde. Apenas em Castro Verde existiu em anos anteriores uma ITI (antes Plano Zonal), que beneficia produtores com actividades agro-ambientais. Em todas as ZPE encontramos associações de desenvolvimento local e ONGA que, entre outras, desenvolvem actividades ligadas à educação ambiental e à protecção da natureza e biodiversidade local. É importante salientar que na ZPE de Castro Verde têm sido desenvolvidos mais projectos, e com maior continuidade, orientados especificamente para a conservação das aves estepárias.

Na Fase I da Acção D1, para além das diferenças sócio-demográficas acima referidas, encontraram-se diferenças entre os posicionamentos das comunidades, o que aponta para que as comunidades das diferentes regiões apresentem diferenças na sua capacidade de mobilizar recursos para mediar uma mudança social. No global, Castro Verde apresentou uma concepção mais positiva das mudanças ocorridas e apoiou mais a importância da protecção das espécies ameaçadas do que as restantes zonas. Foi também em Castro Verde que os residentes consideraram que os agricultores dão maior importância e colocam mais em prática as acções de conservação, comparativamente com as restantes zonas geográficas (Relatório Fase I, 2011). Propomos, assim, explorar e compreender a relação entre a zona de intervenção e as acções a que os indivíduos recorrem nas situações de mudança social, bem como com os aspectos que os indivíduos identificam como facilitadores e barreiras à sua capacidade de actuar.

4. A mudança social nos diferentes tipos de proximidade com as leis e/ou a implementação das mesmas.

Diferentes indivíduos dentro das comunidades, em função da sua actividade, assumem diferentes posições relativamente à protecção da biodiversidade e podem ter passado por diferentes experiências nas várias fases do processo de inovação legal. Sabemos que dentro das comunidades as leis de protecção da biodiversidade são recebidas de diferentes formas por diferentes actores e grupos (Castro, Mouro e Costa, 2011; Mouro e Castro, 2010). Esta heterogeneidade aponta para a importância de compreender melhor a relação entre diferentes posições e papéis sociais, como por exemplo ser residente, proprietário, agricultor, caçador, e a forma como cada grupo organiza o seu discurso sobre as temáticas aqui examinadas.

ocorrerem. Também na ZPE de Moura, Mourão, Barrancos, apenas os indivíduos do concelho de Moura constituirão a amostra, por ser um conselho mais representativo da actividade agrícola da região.

O **conhecimento das novas leis** de conservação da biodiversidade é um aspecto determinante para caracterizar o tipo de proximidade com o contexto em estudo. Sabe-se da literatura que o facto de um grupo estar informado relativamente a uma potencial alteração na comunidade lhe permite, por um lado, cumprir as acções previstas na legislação ambiental, identificar violações, pressionar a comunidade reforçando as leis e contribuindo para a elaboração e aceitação de novas leis, e, por outro, permite-lhe desenvolver capacidades para deliberar assuntos e formular alternativas com os representantes do governo e especialistas (Beierle, 1998). A investigação tem mostrado também que a falta de informação, muitas vezes concomitante com a ausência de consulta comunitária, tem potencial para aumentar os mitos e rumores, podendo estes últimos transformar-se em formas dominantes de comunicação (Barlow e Cocklin, 2003). Deste modo, é possível compreender que diferentes grupos com diferentes graus de conhecimento das leis têm diferente capacidade de adaptação a e de promoção da mudança, dado que as interacções no processo de construção de uma narrativa comum serão também diferentes.

Torna-se, assim, relevante explorar o papel da proximidade com a lei e a sua implementação. Por exemplo, os agricultores e proprietários são indivíduos com maior proximidade com a lei do que os residentes, já que têm mais interesses investidos na exploração de recursos naturais, estão mais expostos a informação acerca das leis e lidam directamente com as exigências da sua transformação em acções concretas. Neste relatório **comparamos as posições emergentes nos grupos de discussão em que participaram apenas agricultores** (seis grupos) e outros actores com interesses investidos semelhantes, **com aquelas que emergem em grupos mais heterogêneos**, em que participaram também residentes sem interesses investidos (três grupos).

III. Metodologia

Para caracterizar de forma detalhada as posições dos actores locais em relação à participação cívica no contexto da protecção da biodiversidade, realizaram-se **três grupos de discussão em cada uma das ZPEs** em que o projecto decorre. No total foram efectuados nove grupos de discussão focalizada, nos quais participaram 49 indivíduos que residem e/ou desenvolvem a sua actividade profissional nestas zonas.

O recurso a grupos de discussão focalizada teve como objectivo aceder às representações dos actores locais num contexto em que estes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação das suas respostas e em que as representações que emergem são influenciadas por uma interacção social análoga à dos contextos naturais de conversação. Esta metodologia permite aceder a processos de construção de consenso e de divergência sobre os temas analisados quando estes são tratados como um assunto de interesse público. Estes são uma ferramenta particularmente adequada para analisar, de forma aprofundada, as narrativas e representações dos actores locais, permitindo

conhecer as formas de comunicação, os interesses e as expectativas dos vários grupos que compõem as comunidades (Gaskell, 2002).

O guião utilizado para promover o debate nos grupos de discussão organizava cada sessão em duas partes. Na primeira parte era explorada a narrativa de episódios concretos de acção cívica; na segunda parte era incentivada a reflexão sobre a (in)acção cívica de forma mais abstracta. A Tabela 1 ilustra também as questões-chave colocadas aos participantes.

Tabela 1. Descrição das áreas temáticas abordadas no guião de entrevista

	Conteúdos associados	Operacionalização no guião de entrevista
Narrativa de episódios concretos	Descrição das dinâmicas subjacentes às acções que visam a mudança: participantes, problema, causa do problema e resultados.	<i>Gostaria que se recordassem e me contassem situações que aconteceram na região em que as pessoas agiram no sentido de tentar mudar algo com o qual não concordavam. O que foi feito? Porquê? Quem esteve envolvido? Como? O que aconteceu depois? O que mudou?</i>
Reflexão proposicional sobre participação cívica	Representações sobre barreiras ou facilitadores da acção em diferentes níveis relacionais	<i>Gostaria que comentassem as frases: “Algumas pessoas dizem que concordam com as novas leis das Aves Estepárias, mas dizem que não é possível aplicá-las ao seu caso concreto.” “Em Portugal as pessoas queixam-se e reclamam, mas não fazem nada para resolver a situação” “Há pessoas que têm maior capacidade, legitimidade ou direito para mudar as situações do que outras”</i>

1. Participantes

O principal critério de selecção dos participantes foi a residência ou actividade profissional nas freguesias abrangidas pelo projecto, tendo sido privilegiada a participação dos residentes com actividade profissional ligada à exploração dos recursos naturais e, por isso, mais afectados pelas leis da Rede Natura. De modo a contribuir para uma descrição das posições heterogéneas das comunidades e examinar como estas questões são debatidas por actores indirectos, em cada área geográfica um dos grupos de discussão contou com participantes de áreas profissionais distintas e não directamente associadas ao uso do solo para fins agrícolas ou cinegéticos.

Recorrendo ao método de recrutamento por bola de neve foram entrevistados 49 participantes. Os participantes foram contactados por via telefónica, sendo nesse primeiro contacto apresentado o objectivo geral da entrevista. No total, 28,6% das participantes residia ou trabalhava na área da ZPE de Castro Verde, 30,6% na área da ZPE do Vale do Guadiana e 40,8% na área da ZPE de Mourão/Moura/Barrancos (Tabela 2).

Relativamente ao contacto com as leis, 67% dos participantes tinham elevada proximidade com o contexto agrícola – actividade agrícola e cinegética, entidades de representação dos agricultores – e 33% reduzida proximidade com o contexto agrícola – residência com outras actividades profissionais. Esta distribuição é semelhante nas três áreas de intervenção do projecto (Tabela 2).

Tabela 2. Descrição dos participantes das reuniões de grupo.

ZPE	Castro Verde e Piçarras			Vale do Guadiana			Moura, Mourão, Barrancos		
	N	Idade mín- máx	Escolari- dade mín-máx	N	Idade mín- máx	Escolari- dade mín-máx	N	Idade mín- máx	Escolari- dade mín-máx
Elevada proximidade	10	31-59	Até 4º Ano – Licenc.	10	29-63	Até 4º Ano – Licenc.	13	38-74	9º Ano – Licenc.
Reduzida proximidade	4	35-71	Até 4º Ano – Mestrado	5	17-42	9º Ano – 12º Ano	7	42-80	Até 4º Ano – 12º Ano
Total	14 participantes			15 participantes			20 participantes		

A maioria dos participantes é do **sexo** masculino (65%) e a distribuição por sexo é semelhante nas três zonas geográficas.

Os participantes das três zonas geográficas têm **idades** compreendidas entre os 17 e os 80 anos, com uma média de 47,5 anos e um desvio padrão de 14,6 anos. Na amostra, 40,8% tem entre 41 e 55 anos, 32,7% tem menos de 40 anos e 26,5% tem idade superior a 55 anos. A distribuição dos participantes pelos grupos etários diverge ligeiramente entre zonas geográficas, já que em Castro Verde e Mértola a maioria dos entrevistados (aproximadamente 80%) tem até 55 anos e em Moura a maioria (aproximadamente 80%) tem idade superior a 41 anos.

Relativamente ao **nível de escolaridade**, 43% da amostra tem até 9 anos de escolaridade e 57% tem nível de escolaridade entre o 12º ano e o diploma de mestrado. Esta distribuição, com uma maior percentagem de participantes muito escolarizados, ocorre nas zonas de Castro Verde e Moura, não se encontrando diferença entre as duas categorias de escolaridade na região de Mértola.

2. Procedimento

O enquadramento dado aos participantes referia que se tratava de um projecto europeu na área da conservação da natureza, mais concretamente sobre a protecção de algumas aves da região, e que a entrevista pretendia ajudar a compreender melhor como era viver e trabalhar naquela região com base na opinião dos seus residentes. Foi também solicitada autorização para proceder à gravação da entrevista, tendo como objectivo a posterior elaboração de um relatório do projecto. Foi ainda garantida a confidencialidade das respostas obtidas.

O guião das sessões foi elaborado com base nas dimensões de caracterização já descritas, seguindo uma organização do tipo semi-estruturado, em que o entrevistador se baseia nos tópicos de um guião para conduzir a interacção com os entrevistados, evitando questões fechadas e de resposta predeterminada (Gaskell, 2002).

No sentido de procurar a heterogeneidade da amostra, em cada região foram realizados três grupos de discussão, dois deles reunindo indivíduos com grande familiaridade com o sector agrícola e/ou cinegético e o último desenhado para ser um grupo heterogéneo relativamente à ocupação das pessoas na região.

No início de cada entrevista era recordado ao participante o objectivo da mesma e as condições de participação. Os grupos de discussão tiveram a duração média de 102 minutos (Min: 50'; Máx: 172').

3. Enfoque analítico

O *corpus de análise* é constituído pelo conjunto de transcrições das reuniões efectuadas. O material resultante foi submetido a uma *análise de conteúdo* (Bardin, 2009). O processo de análise teve início com a criação de categorias, com base, em parte, no enquadramento teórico que orientou a preparação do guião, mas também em temas emergentes dos dados recolhidos. O **sistema de categorias** resultante organiza-se em torno de duas dimensões:

1. Descrição do episódio e da acção: A partir de questões direccionadas para que os indivíduos descrevessem situações da sua experiência que já tivessem ocorrido, a caracterização do episódio centra-se nos seguintes elementos descritivos: 1) o problema que levou à acção; 2) os participantes da mesma, quem esteve envolvido na acção; 3) que acção ou acções foram postas em prática; 4) os resultados decorrentes da acção desenvolvida; e 5) as causas que levaram ao problema, e que desta forma também influenciam o tipo de acção levada a cabo pelos participantes.

2. Factores que determinam a acção: Também foi pedido aos sujeitos que reflectissem acerca dos factores que influenciam o início e o desenrolar de intervenções face a uma situação que quisessem ver mudada. Isto permitiu identificar factores que influenciam negativamente o desenvolvimento da acção, as *barreiras*, e factores que a influenciam positivamente, os *facilitadores*.

Na próxima secção vamos ilustrar a organização do discurso dos participantes sobre acção cívica recorrendo a estas dimensões. **As definições e alguns exemplos das categorias utilizadas acompanham a análise do material na próxima secção; o sistema de categorias completo pode ser consultado no Anexo A.** Os valores absolutos apresentados nas análises reportam o número de intervenções cotadas em cada categoria. Uma vez que a unidade de codificação adoptada foi, em geral, a intervenção do participante, as categorias não foram usadas de forma mutuamente exclusiva.

IV. Análise do material das reuniões de grupo

Recordamos que o objectivo central desta Fase II consiste na descrição e compreensão dos **aspectos que potenciam e dificultam o envolvimento cívico e a adaptação às novas leis e práticas de conservação** por parte das comunidades locais. Partindo desse objectivo procedeu-se à análise de conteúdo das reuniões de grupo, classificando as intervenções dos participantes de acordo com o sistema de categorias desenvolvido.

1. Tipos de representação e organização do discurso

Uma análise preliminar dos dados mostrou que efectivamente 1) em alguns momentos do seu discurso, os participantes falavam das acções partindo de situações específicas – **narrativa de episódios**; e 2) noutros momentos, reflectiam de forma mais abstracta acerca das acções que consideravam mais adequadas e/ou eficazes para a mudança, usando poucos exemplos e identificando factores que influenciavam o desenvolvimento da acção – **reflexão proposicional**. Estes dois formatos de reflexão levaram à definição de dois formatos de discurso (e pensamento) distintos, sendo a narrativa episódica doravante designada por *Episódio (Ep)* e a reflexão proposicional designada por *Análise da Acção (AA)*. O tratamento do material recolhido teve como dimensão central a **acção cívica** e foi estruturado com base nos **dois formatos do discurso** que emergiram.

As análises apresentadas ilustram estes dois formatos de discurso. Esperava-se que a primeira parte do guião suscitasse mais narrativa de episódios e a segunda parte mais reflexão proposicional (cf. Tabela 1). Averiguou-se, portanto, se os dois formatos de discurso emergiam com maior frequência quando tal era pedido explicitamente aos participantes durante as reuniões (Tabela 3). De forma global, nota-se uma **ligeira tendência para os indivíduos narrarem mais episódios (55%) quando era especificamente pedido para que o fizessem** do que quando era pedida uma reflexão sobre as acções e relações de poder (45%). Esta tendência é semelhante para as três zonas de intervenção do projecto.

Relativamente ao discurso centrado na análise das acções, nota-se uma **tendência para recorrer a um discurso mais geral e analítico quando é pedido aos participantes que comentem as frases**

propostas (65%) do que quando é pedido para narrar episódios (35%). Comparando as três regiões, esta tendência é expressiva em Castro Verde e não ocorre em Moura. É em Mértola que encontramos uma diferença muito expressiva no recurso à reflexão proposicional, podendo afirmar-se que esta comunidade usa este modo de representação quase exclusivamente quando é solicitada a fazê-lo.

Tabela 3. Relação entre *Fases* do guião da reunião de grupo e os Formatos de Reflexão dos participantes nas três zonas.

Formatos de reflexão	Castro Verde		Mértola		Moura		Global	
	Ep	AA	Ep	AA	Ep	AA	Ep	AA
Fase 1 <i>Narrar Episódios</i>	Ep	21 58%	18 49%	21 55%	60 55%			
	AA	8 35%	4 16%	15 52%	27 35%			
Fase 2 <i>Reflectir sobre acções</i>	Ep	14 39%	19 51%	17 45%	50 45%			
	AA	15 65%	21 84%	14 48%	50 65%			
Totais	Ep	36 100%	37 100%	38 100%	110 100%			
	AA	23 100%	25 100%	29 100%	77 100%			

2. Caracterização da Acção

Como já foi referido, a *Acção Cívica* é um conceito central neste trabalho, pois reflecte a forma como os indivíduos e os grupos se estão a adaptar à inovação legal. Para caracterizar as acções mencionadas nos grupos levou-se em conta: se esta ocorre com base numa interacção (*Debate*) ou se é desenvolvida unilateralmente (*Protesto*); se esta é realizada de forma isolada (*Individual*) ou com o suporte social de outros indivíduos (*Colectiva*); e se ocorre em contextos designados e/ou de forma planeada (*Formal*) ou de forma espontânea, em contextos não especificamente destinados ao desenrolar da mesma (*Informal*). Outras acções visavam ainda uma mudança estrutural do contexto onde os indivíduos estão inseridos, negociada entre as partes envolvidas (*Parceria*). Levou-se ainda em conta se as acções decorriam entre indivíduos do mesmo grupo ou entidade (*Intragrupo*) ou entre indivíduos de grupos/entidades distintas (*Intergrupo*).

Apresentam-se em seguida as definições e alguns exemplos ilustrativos das dez categorias usadas para caracterizar as acções cívicas relatadas.

Acções de Debate

C1. Debate Formal Intra-grupo – Encontro, em contexto formal, entre indivíduos do mesmo grupo, por exemplo, um grupo agricultores. Esta categoria inclui acções como a discussão das leis/medidas, problemas, reuniões, debate e construção de ideias conjuntas.

“Neste momento já há uma comissão de utentes da Rede Natura para quando há coisas a discutir ...”

C2. Debate Formal Inter-grupo – Encontro, em contexto formal, entre indivíduos/entidades de grupos diferentes, por exemplo, entre agricultores e LPN. Esta categoria também engloba o diálogo com agentes do Governo e a participação em acções de formação.

“E ainda houve várias reuniões, até com o presidente da Câmara e com as associações...”

C3. Debate Informal Intra-Grupo – Encontro, em contexto informal, entre indivíduos do mesmo grupo, como no caso de conversas entre agricultores no seu quotidiano sobre as especificidades das suas explorações ou protestos pontuais em contextos informais, como os cafés, por exemplo.

“Foi em conversas e foi com insistência minha. Partimos também para a teimosia, ‘olhem, façam o que quiserem e depois logo se vê’.”

C4. Debate Informal Inter-Grupo – Encontro, em contexto informal, entre indivíduo(s)/entidades de grupos diferentes. Para além da discussão das medidas ou problemas, destaca-se que são acções principalmente caracterizadas por momentos de interacção entre agricultores e entidades no terreno.

“Eu acho que nós comentamos muito no café, mas depois nos sítios certos, quando chega à altura de falar, até por exemplo aqui, a maioria não estão presentes.”

Acções de Protesto

C5. Acção/Protesto Individual Formal – Esta categoria refere-se a acções em que o indivíduo expressa o seu desacordo/descontentamento em contexto formal, por exemplo através do voto nas eleições, da não adesão aos programas (ITI), da reclamação formal (por exemplo, no livro amarelo).

“Um protesto. Sim e foi, [a não adesão à ITI] foi um protesto, porque como nós, saíram muitas pessoas daquele plano.”

C6. Protesto Individual Informal – Categoria de acções em que o indivíduo expressa o seu desacordo/descontentamento em contexto informal, o que inclui acções como eliminar a fonte do problema ou a recusa de interacção ou acção.

“Quando se destruir os ninhos das águias... em lugar de colaborar com a Natureza, destruir a própria Natureza...”

C7. Protesto Colectivo Formal - Grupo de indivíduos que expressa o desacordo ou descontentamento em contexto formal, por exemplo, abrir um processo em tribunal ou participar numa manifestação pública.

“Temos casos em que em 2005 se fizeram muitas manifestações ...”

“... Fizeram um abaixo-assinado e protestaram contra a EDP por esse motivo.”

“Se isto não tiver bom caminho, eu acho que nos devemos organizar e ir para o Tribunal Europeu...”

C8. Protesto Colectivo Informal - Grupo de indivíduos que expressa o desacordo ou descontentamento em contexto informal.

“Juntou um grupo de pessoas, lembro-me que houve um pessoal que se juntou, ali junto ao quiosque, meteram lá os electrodomésticos estragados...”

Parcerias

C9. Parceria Formal Intra-Grupo – Nesta categoria está a incluída a acção de criação de parceria e/ou protocolo formal entre associação e/ou indivíduos do mesmo grupo.

“Depois e mais 6 sócios fizemos uma pequena sociedade. Mas quer dizer, aquilo está aberto, podem aderir mais pessoas...”

C10. Parceria Formal Inter-Grupo – Criação de parceria e/ou protocolo formal entre entidades de diferentes grupos.

“... não sei se a LPN tem, mas até há outras associações com a protecção do ambiente que têm protocolos com os caçadores e coisas assim...”

A Tabela 4 ilustra a frequência com que estas acções foram mencionadas no discurso dos participantes. Ao examinarmos que tipos de acção são mais referidos pelos participantes, destaca-se que no global **as acções que envolvem o debate entre indivíduos, formal ou informal** (C1, C2, C3 e C4), e que correspondem a 65% das cotações, **são mais referidas do que as acções que não implicam o debate de ideias e se centram numa acção unidireccional, de protesto** (C5, C6, C7 e C8), **ou que implicam a construção activa de parcerias** (C9 e C10).

Tabela 4. *Acções referidas no global e para grupos com diferentes Níveis de Proximidade com a Lei.*

Acções	Elevada		Reduzida		Global	
	Proximidade		Proximidade			
C01.Debate Formal Intra-Grupo	11	4%	18	17%	29	8%
C02.Debate Formal Inter-Grupo	85	34%	29	27%	114	32%
C03.Debate Informal Intra-grupo	20	8%	14	13%	34	10%
C04.Debate Informal Inter-Grupo	29	12%	2	2%	31	9%
C05.Acção (Protesto) Individual Formal	17	7%	6	6%	23	6%
C06. Acção (Protesto) Individual Informal	41	16%	9	8%	50	14%
C07.Acção (Protesto) Colectiva Formal	14	6%	18	17%	32	9%
C08.Acção (Protesto) Colectiva Informal	4	2%	6	6%	10	3%
C09.Parceria Formal Intra-Grupo	13	5%	0	0%	13	4%
C10.Parceria Formal Inter-Grupo	15	6%	4	4%	19	5%
Total	249	100%	106	100%	355	100%

a) *Acções x Tipos de Proximidade com a Lei*

Como mencionado, na Fase I da Acção D1, verificou-se que o nível de interesses investidos dos indivíduos e o seu grau de conhecimento da lei determinavam o seu apoio às intervenções para a protecção da biodiversidade (Relatório Acção D.1 – Fase I, 2011). Com base nestas conclusões, optou-se por examinar também aqui a relação entre a proximidade que os indivíduos têm com as leis e as acções que implementam e identificam como relevantes para este contexto. São considerados indivíduos com **elevada proximidade com as leis** os que têm interesses investidos na terra (e.g., proprietários); que desenvolvam actividade no sector agrícola e/ou cinegético, incluindo empresários e membros de associações agrícolas; que participem ou tenham participado em projectos de protecção da biodiversidade. São considerados como tendo **reduzida proximidade com as leis** os indivíduos que não estão directamente ligados a estes contextos e que designamos simplesmente como residentes.

A análise comparativa entre o grupo com Elevada Proximidade e o grupo com Reduzida Proximidade denota que ambos recorrem mais vezes à acção Debate Formal Inter-grupo (respectivamente, 34% e 27%) do que a outras acções, o que está de acordo com o padrão global dos dados (32%). Por outro lado, o estabelecimento de parcerias é pouco referido por ambos os grupos (Tabela 4).

Quando se observa o padrão de acções mais relevantes para cada grupo, importa destacar que o **grupo com elevada familiaridade** com o contexto legal da protecção da biodiversidade,

principalmente agricultores e proprietários, considera que as outras acções mais importantes são a Acção Individual Informal (16%) e o Debate Informal Inter-Grupo (12%).

No grupo de indivíduos que têm **reduzida familiaridade** com este contexto legal, outras acções a que recorrem no sentido de procurar a mudança são o Protesto Colectivo Formal (17%) e o Debate Formal Intra-grupo (17%).

b) Comparação por Tipo de Discurso

Os participantes referem expressivamente mais acções (244) quando narram *Episódios* concretos do que quando estão a debater a *Análise da Acção* (116). Aprofundando a comparação entre os diferentes tipos de discurso, constata-se que o Debate Formal Inter-Grupo é a acção mais referida em ambos os casos (*Episódios* (32%) e *Análises da Acção* (34%)). Isto sugere que este tipo de acção seja simultaneamente a que ocorre mais frequentemente e a que é mais valorizada pelos participantes enquanto acção ideal para tentar mudar algo com o qual não concordam.

As acções mais referidas em segundo lugar remetem, em ambos os casos, para acções unilaterais, de protesto. A segunda acção mais referida nos *Episódios* contados pelos indivíduos é o Protesto/acção Individual Informal (16%); quando os participantes analisam as acções que gostariam de realizar, a segunda acção mais referida é o Protesto/Acção Colectivo Formal (12%).

c) Comparação por Zonas

Em geral, destaca-se que os indivíduos relatam mais *acções* em Castro Verde (132) e Mértola (131) do que na região de Moura (97) (Tabela 5). Estes resultados sugerem que **para os participantes de Castro Verde e Mértola estão salientes mais situações em que os indivíduos agiram no sentido de mudar algo com o qual não concordavam. Em Moura, os participantes referem menos episódios distintos.**

Adicionalmente, constata-se que em Castro Verde a acção Debate Formal Inter-Grupo (34%) tem um grande destaque em relação às restantes acções referidas nesta zona. Em segundo lugar surge o Debate Informal Intra-Grupo, com bastante menos referências (14%). Em Mértola não encontramos uma só acção com grande destaque; pelo contrário, existem várias acções que emergem com destaque similar, como o Debate Formal Intra-Grupo (23%) e o Debate Formal Inter-Grupo (17%). Os participantes da região de Moura dão grande destaque às acções Debate Formal Inter-Grupo (42%) e, em seguida, às acções de Acção/Protesto Individual Informal (18%).

Tabela 5. Relação entre as *Acções* e os *Formatos de Reflexão*, global e por zona de intervenção

Acções	Castro Verde		Mértola		Moura	
C1.Debate Formal Intra-Grupo	9	7%	19	15%	3	3%
C2.Debate Formal Inter-Grupo	45	34%	30	23%	41	42%
C3.Debate Informal Intra-grupo	19	14%	4	3%	11	11%
C4.Debate Informal Inter-Grupo	5	4%	22	17%	4	4%
C5.Acção (Protesto) Individual Formal	13	10%	6	5%	5	5%
C6. Acção (Protesto) Individual Informal	13	10%	20	15%	17	18%
C7.Acção (Protesto) Colectivo Formal	16	12%	10	8%	6	6%
C8.Acção (Protesto) Colectivo Informal	3	2%	6	5%	1	1%
C9.Parceria Formal Intra-Grupo	4	3%	9	7%	0	0%
C10.Parceria Formal Inter-Grupo	5	4%	5	4%	9	9%
Total	132	100%	131	100%	97	100%

Serão agora apresentadas as categorias de caracterização dos episódios mais relevantes, sob a forma de frequências e de proporção relativa (em percentagem).

3. Caracterização das *Narrativas de episódios* – Descrição do processo da acção

A unidade de discurso *Episódios* consiste no discurso dos participantes quando estes exploram situações concretas que ocorreram e que os participantes conhecem por experiência própria ou por terem ouvido falar. A análise destas *narrativas* permite ter acesso ao processo subjacente à acção dos indivíduos face a uma situação que querem ver mudada, pelo que foi pedido aos participantes que contassem com detalhe as situações abordadas. Para identificar os referentes mais utilizados na organização das narrativas de episódios, analisámos a frequência e proporção com que as seguintes categorias foram usadas: *a) Participantes; b) Problema; c) Resultados; e d) Causa do Problema*. Cada uma destas dimensões contém várias categorias, que serão ilustradas nas análises seguintes.

a) Agentes/ Participantes na acção

Na narrativa dos episódios acerca de acções para reagir à inovação legal, um dos aspectos que os indivíduos identificaram foram os intervenientes nas acções. Ou seja, enquanto narravam as histórias que tinham acontecido, os indivíduos identificavam os agentes e entidades que participaram

activamente nas acções. Neste sentido, emergiram nos resultados diferentes tipos de participantes que foram organizados nas seguintes categorias:

Indivíduo(s) – Refere-se às situações em que os participantes das acções são um ou mais indivíduos que agem sem estar integrados num grupo organizado e formal.

“... nós os proprietários (...), onde a gente interveio, que achávamos que estava mal.”

Entidades de Representação – Engloba entidades de representação de um conjunto de pessoas, comumente as associações de agricultores.

“As associações escolhem um dia que tenha alguma relevância e que seja conveniente a todos”

Entidades de Interface com as leis/regulamentos – Esta categoria diz respeito às entidades que, no terreno, implementam, negociam e regulam o cumprimento de leis/regulamentos, de que é exemplo o Parque Natural do Vale do Guadiana.

“... se o Parque entender que vai prejudicar lá uma espécie ou prejudicar a paisagem, se calhar também não autoriza...”

Poder Local – O poder Local enquanto participante das acções refere-se à intervenção da autarquia na acção de mudança, incluindo a Câmara Municipal e/ou a Junta de Freguesia.

“E ainda houve várias reuniões, até com o presidente da Câmara...”

“Na altura em que a Rede Natura foi implementada, (...) foi feita uma assembleia municipal...”

Poder Governamental – Refere-se à intervenção de representantes directos do governo nas acções.

“...fomos convidados pelo Ministério do Ambiente, fomos uma série de pessoas visitar por causa do projecto lince”

Comunidade – Inclui os indivíduos, instituições e empresas da região sem interesses investidos em e com reduzido contacto com a exploração agrícola, como o caso de residentes com profissões diversas ou das escolas.

“Eu penso que tem sido através da população escolar que se tem conseguido algumas coisas”

Comunicação Social – Esta categoria diz respeito ao envolvimento de ou recurso aos meios de comunicação social nas acções de mudança.

“... falei para a televisão nessa altura para dizer a situação que estava difícil.”

A tabela 6 ilustra a proporção de utilização de cada uma destas categorias pelos participantes nos grupos de discussão. Em geral, verificou-se que os agentes da acção são predominantemente Indivíduo(s) (52%) a agir isoladamente. Contudo, também é dada relevância, na narrativa dos participantes, à participação das Entidades de Interface com as Leis (19%) e às Entidades de Representação (13%). Este padrão da relevância dos diferentes agentes da acção é consensual nas Regiões de Castro Verde e Mértola. Na região de Moura as Entidades de Interface com as Leis (7%) são poucas vezes incluídas na acção e é atribuída ênfase à intervenção do Poder Local (17%).

Tabela 6. Agentes/Participantes identificados nos Episódios, no global e para as três áreas de intervenção.

Agentes/Participantes	Castro Verde		Mértola		Moura		Global	
B1.Indivíduo(s)	85	47%	81	57%	49	53%	215	52%
B2.Entidades de Representação	31	17%	15	11%	6	7%	52	13%
B3.Entidades de Interface com as Leis	33	18%	32	23%	13	14%	78	19%
B4.Poder Local	10	6%	4	3%	16	17%	30	7%
B5.Poder Governamental	4	2%	5	4%	7	8%	16	4%
B6.Comunidade	13	7%	2	1%	0	0%	15	4%
B7.Media/Comunicação Social	4	2%	2	1%	1	1%	7	2%
Totais	180	100%	141	100%	92	100%	413	100%

a) Problemas

Outro aspecto referido pelos indivíduos nas reuniões de grupo está relacionado com as situações concretas com as quais não concordam e/ou gostariam de ver mudadas, ou seja, os Problemas que podem incitar/desencadear a acção de mudança. A partir do discurso dos participantes foram encontrados diferentes tipos de problemas, uns mais relacionados com as especificidades do sector agrícola e outros mais gerais e comuns aos vários membros da comunidade, com ou sem proximidade

com o contexto e as leis de protecção da biodiversidade. Os problemas identificados pelos participantes estão organizados de acordo com as seguintes categorias:

Perda Económica – Esta categoria diz respeito à perda económica associada, pelos participantes, à implementação das leis de protecção da biodiversidade na actividade do sector agrícola. Engloba argumentos que reflectem prejuízo derivado do investimento na protecção da biodiversidade, a insuficiência das compensações económicas e a não obtenção de lucro devido às limitações na exploração agrícola. Ainda, estão incluídas ideias como a inflação dos preços, a baixa competitividade, a má qualidade do produto agrícola e a vulnerabilidade social a que os indivíduos estão sujeitos pela sua condição de agricultores.

“... No caso do olival, estamos condenados a manter um olival tradicional, com uma rentabilidade muito baixa (...) a Rede Natura não nos trouxe absolutamente nada, a não ser...eh pá, empobrecer-nos ainda mais e limitar-nos ainda mais.”

“... sou agricultor independente e se a minha empresa abrir falência, nem sequer tenho direito ao fundo de desemprego...”;

Empobrecimento da Região – Engloba um conjunto de aspectos que, na perspectiva dos participantes, expressam o empobrecimento da região onde residem e trabalham. Foram abordadas ideias como a diminuição de postos de trabalho, a diminuição de oportunidades para a população, o abandono da região, população envelhecida, entre outras.

“... porque não beneficia, nós temos cada vez mais desempregados e sobretudo numa região em que as pessoas viviam da agricultura (...)”

Desequilíbrio da Natureza – Problemas que salientam situações que são consideradas negativas para o equilíbrio natural das espécies e dos habitats e que resultam da acção do ser humano.

“... a cegonha branca continua a ser uma espécie protegida e neste momento já é uma praga.”

Outros problemas – Esta categoria inclui as circunstâncias referidas pelos participantes que levam a alterações na vida das pessoas da comunidade, no seu estilo de vida e nas suas rotinas do quotidiano e que não estão directamente relacionadas com a actividade agrícola.

“... quando foi a construção da auto-estrada Faro-Lisboa e quando foi outras obras. A população da estação de Ourique sofreu ali uma coisa enorme...”

A leitura da tabela 7 torna saliente que o problema mais vezes associado às novas leis de protecção da biodiversidade é a Perda Económica (70%). Castro Verde e Mértola apresentam um discurso semelhante entre si, dando grande destaque a esta categoria. Os participantes da região de Moura, por sua vez, propõe uma visão mais diversificada dos problemas que as novas leis podem trazer, referindo, para além da Perda Económica (51%), que estas leis trazem Outros Problemas (29%) e o Empobrecimento da Região (12%).

Tabela 7. Problemas identificados nos *Episódios*, no global e para as três áreas de intervenção.

Problemas	Castro Verde		Mértola		Moura		Global	
A1.Perda Económica	44	79%	52	81%	35	51%	131	70%
A2.Empobrecimento Região	0	0%	3	5%	8	12%	11	6%
A3.Desequilíbrio da Natureza	5	9%	5	8%	5	7%	15	8%
A4.Outros problemas	7	13%	4	6%	20	29%	31	16%
Totais	56	100%	64	100%	68	100%	188	100%

b) Resultados

Na narrativa dos indivíduos acerca das situações de acção cívica, em alguns casos, emergiram consequências dessas mesmas acções, isto é, os resultados obtidos. A partir da perspectiva do agente da acção, as consequências foram organizadas em três categorias, em função do que os participantes esperavam obter com essa mesma acção.

Resultados Negativos – Nesta categoria estão incluídas as circunstâncias em que não ocorreu a mudança desejada e/ou ocorreram outras mudanças que são consideradas negativas na perspectiva do participante que desenvolve a acção.

“Tentou-se intervir junto do governo, mas no fundo de nada serviu...”

“... somos obrigados a deixar 5 metros em redor do ninho...muito bonito, a gente faz! (...) as ovelhas destroem aquilo tudo, portanto se a gente não deixar lá nada é muito mais vantajoso do que estar a deixar lá aquilo tudo.”

Resultados Positivos – Inclui as circunstâncias em que ocorreu a mudança desejada e/ou ocorreram outras mudanças que são consideradas positivas na perspectiva de quem desenvolve a acção.

“Olhe eu tenho um campo de tiro desportivo (...) foi feito com muita dificuldade, mas teve o parecer favorável e o apoio do director.”

“Eh pá, o homem resolveu a coisa, no dia seguinte a cegonha apareceu morta e pronto. Pronto, ficou logo o assunto resolvido.”

“As relações mantêm-se, vai-se fazendo outras coisas, à volta de outros temas, sei lá, mais ligados à sociedade.”

Resultados Parciais/Mistos – Resultados em que ocorreu uma mudança parcial de acordo com o desejado e/ou ocorreram outras mudanças com resultados considerados mistos.

“Eu acho que fez alguma mozza, não fez totalmente, mas houve algumas coisas que...”

“Os caçadores até têm uma intervenção positiva. Através da LPN, obviamente, (...)”

Observando o padrão global da avaliação dos resultados das acções (tabela 8), encontramos uma distribuição semelhante entre os diferentes tipos de resultados identificados pelos participantes, com uma ligeira tendência para destacar Resultados Positivos (41%).

Tabela 8. Resultados identificados nos *Episódios*, no global e para as três áreas de intervenção.

Resultados	Castro Verde		Mértola		Moura		Global	
E1.Resultados Negativos	11	28%	17	34%	16	43%	44	35%
E2.Resultados Positivos	18	45%	19	38%	15	41%	52	41%
E3.Resultados Parciais/Mistos	11	28%	14	28%	6	16%	31	24%
Totais	40	100%	50	100%	37	100%	127	100%

Numa análise comparativa entre as regiões, destaca-se que os participantes de Castro Verde referem expressivamente mais Resultados Positivos (45%) entre os vários tipos de resultados que são referidos. Comparando esta região com Mértola, nota-se que a tendência para identificar Resultados

Positivos se esbate (38%) em relação ao conjunto de resultados identificados. Por fim, verifica-se que em Moura são referidos com a mesma frequência Resultados Negativos (43%) e Resultados Positivos (41%).

c) Causas do Problema

Com base nos episódios narrados pelos participantes foi também possível identificar aquilo que os indivíduos consideravam contribuir para o aparecimento e/ou agravamento do problema, ou seja, as causas do problema que levou à acção. Com base no discurso dos participantes das reuniões de grupo emergiram duas causas principais, ligadas principalmente à interface entre a actividade do sector agrícola e a protecção da biodiversidade.

Desadequação das medidas – Categoria geral que resume vários argumentos associados à dificuldade de implementação no terreno das medidas apresentadas para a protecção da biodiversidade e que se relacionam entre si. Assim, na perspectiva dos participantes, o problema pode ocorrer devido: à desadequação das medidas ao contexto agrícola e da região; a dificuldades concretas na sua implementação; à falta de conhecimento acerca das especificidades do terreno das entidades de interface com as leis; e ao não reconhecimento do conhecimento local/dos agricultores.

“São muito difíceis de cumprir, eu não vejo maneira de as cumprir.”

“Tudo isto foi feito sem o conhecimento dos agricultores.”

“Isto são coisas feitas por quem não conhece a realidade.”

Contexto Sociopolítico – Categoria em que a causa do problema está associada ao contexto social, político e económico em que o sector agrícola e a protecção da biodiversidade estão inseridos. Mais especificamente, as causas identificadas transmitem a ideia de que o problema existe devido: ao contexto sociopolítico associado à definição/implementação das leis da biodiversidade; a situações em que houve má gestão governamental; ao conflito de interesses económicos e políticos entre as entidades envolvidas; e à pressão e ao incentivo das entidades envolvidas para aderir aos programas.

“Foi organizado porque incentivaram a gente a ir para sementeira directa, a mudar a exploração, comprar as máquinas, os fertilizantes, muita gente aderiu”

“(…) eu não sei até que ponto, as câmaras não facturaram com isto.”

“Como tivemos o azar de apanhar um Ministro da Agricultura, Jaime Silva, que fortalecia tudo e todos, menos os agricultores, isto foi para a frente.”

De forma global, emerge claramente no discurso dos participantes que a principal causa dos problemas relacionados com a protecção da biodiversidade é a Desadequação das Medidas (78%). Este padrão é expressivamente consensual entre as várias regiões onde há intervenção do projecto (tabela 9).

Tabela 9. Causas do Problema identificadas nos *Episódios*, no global e para as três áreas de intervenção.

Causas do Problema	Castro Verde		Mértola		Moura		Global	
F1.Desadequação das Medidas	42	79%	28	72%	48	81%	118	78%
F2.Contexto Sociopolítico	11	21%	11	28%	11	19%	33	22%
Total	53	100%	39	100%	59	100%	151	100%

4. Factores que influenciam a Acção –Barreiras e Facilitadores

As *Análises da Acção* consistem em reflexões sobre as acções de forma geral, abstracta, onde não é usada uma narrativa detalhada como nos *Episódios*. É, portanto, examinado o modo como os participantes reflectem acerca dos factores que dificultam ou promovem a iniciativa ou o desenrolar da acção que querem levar a cabo, ou seja, **os facilitadores e as barreiras à acção**, e não os intervenientes ou os problemas a que se atribui a origem da acção. A identificação de barreiras e facilitadores não é, não obstante, exclusiva do discurso que analisa a acção; podemos encontrar referências a estes factores também quando são feitas narrativas de episódios concretos. As análises apresentadas em seguida permitem estabelecer esta comparação.

a) *Barreiras à acção*

A partir do discurso dos participantes é possível perceber que estes identificam determinados factores que, na sua opinião, dificultam as acções dos indivíduos quando pretendem mudar algo com o qual não concordam. Com base nestas intervenções, e na adaptação da noção de *capacitação relacional (relational empowerment)* (cf. Christens, 2011), foram definidos cinco factores que influenciam a capacidade dos indivíduos de pôr em prática uma acção de resolução do problema:

Competências Colaborativas – Situações em que os indivíduos percebem que existem características do próprio indivíduo que dificultam a sua iniciativa e/ou o desenvolvimento de uma determinada acção que visa a mudança. Neste factor estão incluídas enquanto barreiras à acção: características pessoais e culturais dos indivíduos que dificultam a acção e colaboração entre indivíduos face a um problema; a desresponsabilização do papel do indivíduo na mudança; e o baixo prejuízo percebido que leva à não acção e não colaboração, ou seja, quando o impacto percebido pelo indivíduo não é suficientemente negativo para motivar a sua acção.

“E são poucos a falar porque nós temos um país de pessoas apáticas.”

“Isto é o mesmo que o ditado que se diz aqui no Alentejo, que é: “Quem vem atrás que feche a porta”

“Em Portugal, por exemplo, nós os agricultores não temos direitos, temos deveres, mas não temos direitos, e não são poucos os deveres. (...) Vamos queixar-nos a quem? Temos alguns poderes? Nada.”

Construção de Ligações Sociais – Esta categoria diz respeito às situações em que as barreiras à acção estão relacionadas com a relação e o contexto em que estão inseridos. De acordo com esta ideia, estão incluídos nesta categoria: a não procura, evitamento ou dificuldade em estabelecer relações/actividades interpessoais/interentidades para promover a resolução do problema; a dificuldade de acesso a informação sobre o problema/contexto/assunto para uma acção mais eficaz; considerar que um problema afecta apenas outros e não directamente o próprio, ou que não afecta pessoas suficientes.

“E não é contrariando as pessoas que cá vivem, não é contrariando as actividades económicas. Não é com vinagre que se apanham moscas.”

“...informação e formação. Às vezes as pessoas não fazem mais porque não sabem.”

“Mas depende de muita coisa, depende da formação das pessoas, do conhecimento que tenham, dos direitos que têm, saberem os direitos que têm.”

“Se for só uma pessoa ou duas não adianta nada.”

Capacitação Externa – Outro tipo de barreiras à acção está relacionado com o papel das entidades com que os indivíduos interagem em função do problema com que se deparam. É uma categoria que mostra, na opinião dos indivíduos, que alguns dos factores que dificultam as suas acções estão centrados no outro e no exercício da sua função. Esta categoria inclui as barreiras: características de entidades externas que dificultam a capacidade do indivíduo agir no processo de mudança; a falta de clareza das mensagens transmitidas por outros; e mau funcionamento das estruturas e entidades externas.

“Há outra entidade que devia ajudar, no meu ponto de vista, e que ainda nunca mexeu um dedo para nada, é a Câmara, a autarquia...”

“... quando a Rede Natura chegou aqui, nunca considerou o agricultor como um parceiro, mas sim como um inimigo. Assim nunca pode resultar percebe?”

“... quando chegasse ao agricultor para ele pôr em prática aquilo, era para vir numa linguagem acessível a qualquer pessoa, mesmo uma pessoa com menos formação. Eles não se preocupam com isso.”

Capacidade de Mobilização – Esta é uma categoria de barreiras associadas à acção colectiva e organizada, como por exemplo o caso das associações de agricultores. Desta forma, estão incluídas as seguintes ideias: características psicológicas e competências instrumentais que dificultam a mobilização colectiva dos indivíduos no processo de mudança; dificuldades associadas à implementação do associativismo; e a percepção de baixo poder político-económico do indivíduo isoladamente e/ou do grupo que dificulta a mobilização.

“Porque no fundo, o agricultor não colabora muito com a cooperativa (...), não ajuda a cooperativa e a cooperativa não se desenvolve.”

“Porque mesmo os 4.000 sócios da cooperativa é muito pouco, não elege um deputado, não chega.”

Transmissão de Legado – No discurso dos indivíduos, emergiu o papel da história da população e dos grupos que a compõe como obstáculos ao desenvolvimento de acções de mudança. Neste sentido notou-se o recurso: a episódios passados de tentativas de mudança sem sucesso para evidenciar o insucesso de acções futuras; e ao passar do tempo para a previsão de passividade (não acção) em situações de problemas futuros.

“... pensam em fazer, mas como noutras [reuniões] não tiveram resultados, pensam assim ‘aquele não resultou, este também não vale a pena, não vou fazer nada porque não vai resultar’.”

Quando se analisam as *Barreiras* mais referidas verifica-se que os indivíduos destacam a falta de Competências Colaborativas Individuais (29%) e a deficiente Capacitação Externa (28%) (Tabela 10).

Comparação por Tipo de Discurso

A comparação do número de *Barreiras* expressas por tipo de discurso (tabela 9) permite constatar que quando os indivíduos estão a *analisar as acções* que gostariam de ver postas em prática referem expressivamente mais *Barreiras* (270) do que quando *narram episódios* concretos (131).

Comparação por zonas

A análise da frequência com que as *Barreiras* são referidas por região de actuação do projecto permite concluir que, quando estão a *narrar episódios*, os participantes de Castro Verde (50) e Mértola (53) referem mais vezes impedimentos à acção do que os participantes da região de Moura (28). Contudo, quando se centram em *analisar as acções* que consideram importantes, são os participantes da região de Moura (103) e de Mértola (103) que apresentam expressivamente mais Barreiras do que os participantes da região de Castro Verde (64).

Tabela 10. Relação entre Barreiras e Tipos de Discurso, no global e para as três áreas de intervenção.

Barreiras	Castro Verde		Mértola		Moura		Global	
	Ep	AA	Ep	AA	Ep	AA	Ep	AA
G1.Competências colaborativas	Ep	16 32%	18 34%	6 21%	40 31%			
	AA	26 41%	27 26%	23 22%	76 28%			
G2.Construção de Ligações Sociais	Ep	11 22%	9 17%	5 18%	25 19%			
	AA	12 19%	12 12%	23 22%	47 17%			
G3.Capacitação Externa	Ep	11 22%	11 21%	12 43%	34 26%			
	AA	9 14%	30 29%	38 37%	77 29%			
G4.Capacidade de Mobilização	Ep	9 18%	8 15%	3 11%	20 15%			
	AA	12 19%	24 23%	12 12%	48 18%			
G5.Transmissão de Legado	EP	3 6%	7 13%	2 7%	12 9%			
	AA	5 8%	10 10%	7 7%	22 8%			
Total	Ep	50 100%	53 100%	28 100%	131 100%			
	AA	64 100%	103 100%	103 100%	270 100%			

É importante também destacar que na região de Castro Verde as principais Barreiras à acção propostas pelos participantes são as Competências Colaborativas, tanto quando contam *Episódios* (32%), como quando *Analisam as Acções* (41%), o que sugere um foco na falta de competências individuais enquanto impedimento para actuar. Por sua vez, e embora destacando uma perspectiva contrária, os participantes da região de Moura consideram que a principal *Barreira* à acção está focada no outro, referindo muitas vezes a ausência de Capacitação Externa tanto nos *Episódios* (43%) como nas *Análises da Acção* (37%). Na região de Mértola o discurso dos participantes mostra que nas situações que já ocorreram, os *Episódios*, a principal *Barreira* é a ausência de Competências

Colaborativas dos indivíduos (34%); no entanto, quando *Analizam as Acções* de uma perspectiva mais geral os participantes dão maior destaque à falta de Capacitação Externa (29%) enquanto *Barreira*. Nota-se ainda que na região de Mértola há maior dispersão do peso atribuído às diferentes *Barreiras* apresentadas em ambos os *tipos de Discurso*.

Comparação por proximidade com a lei

Importa também conhecer que barreiras à acção são referidas pelos indivíduos em função dos diferentes níveis de proximidade que têm com a lei. A partir da análise das barreiras à acção cívica identificadas pelos indivíduos dos diferentes grupos (Tabela 11), é relevante salientar que os indivíduos com *Elevada Proximidade* com a lei atribuem maior peso às barreiras ligadas à Capacitação Externa (32%), centrando as suas dificuldades para agir nos outros indivíduos envolvidos no processo de mudança social, nomeadamente no papel das entidades de interface com a lei. No sentido oposto, os indivíduos com *Reduzida Proximidade* dão maior relevância às Competências Colaborativas (43%), isto é, às características pessoais e culturais dos principais agentes da acção, colocando a ênfase da incapacidade para agir no próprio.

Tabela 11. Comparação das *Barreiras* às acções entre os grupos com diferentes *Níveis de Proximidade com a Lei*.

Barreiras	Elevada Proximidade		Reduzida Proximidade		Global	
G1.Competências colaborativas	69	23%	44	43%	113	28%
G2.Construção de Ligações Sociais	56	19%	15	15%	71	18%
G3.Capacitação Externa	93	32%	19	18%	112	28%
G4.Capacidade de Mobilização	48	16%	20	19%	68	17%
G5.Transmissão de Legado	29	10%	5	5%	34	9%
Total	295	100%	103	100%	398	100%

b) Facilitadores da acção

Para além da identificação de barreiras às acções cívicas, os participantes referiram também no seu discurso factores que, pelo contrário, facilitam as acções dos indivíduos quando estes pretendem mudar algo com o qual não concordam. Por outras palavras, a partir das suas experiências, os indivíduos identificaram aspectos que contribuiriam positivamente para o desenrolar de uma acção que aconteceu e/ou que consideram ser importante o desenvolvimento de acções futuras, naquilo que

consideraram ser a situação ideal. Assim, seguindo a estrutura apresentada anteriormente relativamente às barreiras à acção, foram definidos, igualmente, cinco factores que influenciam positivamente a capacidade dos indivíduos de pôr em prática uma acção de resolução face ao problema:

Competências Colaborativas – Categoria de factores centrados no papel do indivíduo responsável pela acção: as características pessoais e culturais dos indivíduos que facilitam a acção e a colaboração entre os indivíduos face a um problema; a importância de ter um papel activo na mudança; e o elevado prejuízo percebido que leva à acção para a mudança.

“Mas há disponibilidade, as pessoas deslocarem-se, saírem da sua casa para estarem aqui, mostra que há vontade de fazer e de falar...”

“... eles sofrem na pele os problemas que têm nas suas explorações, portanto eles sentem e têm mais do que legitimidade para os seus protestos e dizer aquilo que sentem, eles são perfeitamente legítimos.”

Construção de Ligações Sociais – Categoria de aspectos facilitadores das acções de mudança centrados na Relação e no Contexto, como: a valorização da procura em estabelecer relações/actividades interpessoais/interentidades para promover a resolução do problema; a valorização do diálogo enquanto motor da acção e da mudança; a valorização do conhecimento empírico do contexto e/ou da situação enquanto facilitador da acção; e a partilha do problema entre os indivíduos, no sentido em que um maior número de pessoas afectadas promove e facilita o desenvolvimento da acção.

“Se houvesse melhor diálogo entre as partes, entre quem decide e quem está no terreno (...) e seria possível conciliar a vontade das pessoas com pequenos gestos.”

“Mas se calhar é por isso, o sucesso que tem aqui esta zona. (...) essa boa relação entre as várias partes e de não estarem a trabalhar de costas viradas uns para os outros.”

“Quem toma as decisões às vezes até nem precisa de saber muito do assunto, mas precisa de estar rodeada de pessoas que o sabem (...) de pessoas que estão mais próximas do agricultor.”

“... têm que ser assuntos que movimentem muita gente (...) então a malta mobiliza-se”

Capacitação Externa – Nesta categoria estão agrupadas as ideias que salientam que os aspectos que facilitam a acção cívica estão centrados nos outros que são o alvo da acção e/ou que participam mas não são os principais agentes da mesma. Assim, foram referidos como factores facilitadores: características de entidades externas ao indivíduo que facilitam a capacidade deste agir no processo de mudança; a construção de oportunidades e actividades de promoção da acção; e a clareza nas mensagens transmitidas.

“Penso que a LPN deve ter tido um peso muito importante para que nos escutassem.”

– *Sim, sim. Porque eles estão no terreno diariamente, eles ouvem as queixas dos agricultores.*”
“*Se a CAP tivesse mais uma palavra junto dos agricultores, se calhar a situação era mais fácil de avançar.*”;

Capacidade de Mobilização – Factores centrados na acção colectiva organizada, que incluem: características psicológicas e instrumentais que facilitam a mobilização colectiva dos indivíduos no processo de mudança; o reconhecimento do associativismo enquanto estratégia eficaz para a acção; e a valorização da força política do grupo a que pertencem.

“*Há meia dúzia de associações que funcionam, associações e cooperativas que vão sendo mantidas pelos seus corpos directivos, porque no fundo são aquelas pessoas que têm noção de que as pessoas associarem-se é importante*”

“*No fundo, a única maneira que os agricultores têm de ser ouvidos é através das cooperativas e das associações, não há outra maneira.*”

“*... numa organização destas, com esta representatividade temos mais possibilidades de chegar a essas pessoas que têm algum poder de decisão.*”

Transmissão de Legado – Esta categoria centra-se na história dos indivíduos e da sociedade e diz respeito à ideia de que a mudança ocorre ao longo do tempo. Incluem-se aqui: o recurso à ideia de que as mudanças de “mentalidade” ocorrem ao longo do tempo, para evidenciar sucesso de acções futuras e a facilidade em mudar com o passar do tempo; e o reconhecimento das diferenças entre gerações para evidenciar e prever a mudança.

“*... estas coisas não são repentinas, mudar mentalidades vai com o tempo, mas já há quase 20 anos que se batalha nisto...*”

“*Se para os mais velhos não é um assunto de muita discussão, mas para os mais novos não é assim. Eles têm noção, têm sensibilidade e participam.*”

Quando se examinam quais os *Facilitadores* mais referidos (tabela 12), verifica-se que nenhuma das categorias de facilitadores ganha grande destaque. É apenas de referir que o Papel da História e do Tempo na mudança é menos referido do que os restantes facilitadores (8%).

Comparação por Tipo de Discurso

A comparação do número de *Facilitadores* expressos por tipo de discurso (tabela 10) permite constatar que quando os indivíduos estão a *analisar as acções* que gostariam de ver postas em prática

referem expressivamente mais aspectos que podem facilitar a acção (186) do que quando *narram episódios* concretos (135).

Quando se examinam quais os *Facilitadores* mais referidos por tipo de discurso, verifica-se que nenhuma das categorias de facilitadores ganha destaque quando os indivíduos estão a *narrar episódios*. É apenas de referir que o papel da Transmissão de legado na mudança é um pouco menos referido do que os restantes facilitadores (14%). Nas situações em que os indivíduos apresentam a sua opinião relativamente a acções que gostariam que acontecessem, *Análises da Acção*, é dado maior peso à Construção de Ligações Sociais (30%) e à Capacidade de Mobilização (30%) em comparação com os outros facilitadores. Uma vez mais, o Papel da História e do Tempo enquanto facilitador da mudança é minimizado, sendo neste caso referido de forma apenas residual (4%).

Comparação por zonas

Com base na observação do número de vezes que os *Facilitadores* são referidos por região quando estão a relatar *Episódios*, nota-se que os participantes de Castro Verde (89) identificam mais facilitadores do que os participantes das regiões de Mértola (17) e Moura (29). Contudo, nas situações em que os participantes *analizam as acções* o número de *Facilitadores* identificados nas três regiões é aproximado entre si, Castro Verde (64), Mértola (67), Moura (55). Visto de outra forma, os participantes de Castro Verde apresentam mais *Facilitadores* nas situações concretas que já ocorreram do que quando reflectem sobre situações gerais; e os participantes de Mértola e Moura referem mais facilitadores quando abordam as acções de uma forma geral do que quando se referem a situações específicas da sua experiência.

Com base no peso relativo dos *Facilitadores* que emergiram no discurso dos participantes, constata-se também que em Castro Verde há uma ligeira tendência para dar destaque à Capacidade de Mobilização (26%) e à Construção de Ligações Sociais (25%), apesar de se observar uma relativa homogeneidade no peso dado aos diferentes argumentos. Contudo, nas fases do discurso em que os indivíduos *analizam as acções*, é importante referir que a homogeneidade se perde e dá lugar à atribuição de maior peso à Construção de Ligações Sociais (38%) e às Competências Colaborativas (31%), enquanto facilitadores. **Estes resultados propõem que em Castro Verde uma maior preponderância e o sucesso futuro das acções cívicas são associados, pelos participantes, ao desenvolvimento de competências individuais e de relacionamento interpessoal nas populações.**

Tabela 12. Relação entre Facilitadores e Tipos de Discurso, no global e para as três áreas de intervenção

Facilitadores		Castro Verde		Mértola		Moura		Global	
H1.Competências Colaborativas	Ep	15	17%	4	24%	6	21%	25	19%
	AA	20	31%	12	18%	8	15%	40	22%
H2.Construção de Ligações Sociais	Ep	22	25%	5	29%	6	21%	33	24%
	AA	24	38%	18	27%	13	24%	55	30%
H3.Capacitação Externa	Ep	19	21%	3	18%	8	28%	30	22%
	AA	8	13%	10	15%	9	16%	27	15%
H4.Capacidade de Mobilização	Ep	23	26%	3	18%	2	7%	28	21%
	AA	9	14%	24	36%	23	42%	56	30%
H5.Transmissão de Legado	EP	10	11%	2	12%	7	24%	19	14%
	AA	3	5%	3	4%	2	4%	8	4%
Total	Ep	89	100%	17	100%	29	100%	135	100%
	AA	64	100%	67	100%	55	100%	186	100%

Na região de Mértola, quando são abordados *Episódios* que já aconteceram, os indivíduos destacam como facilitador a Construção de Ligações Sociais (29%) e a presença de Competências Colaborativas (24%). No entanto, quando os participantes de Mértola estão a *Analisar as Acções*, dão especial relevo à Capacidade de Mobilização (36%) enquanto facilitador, seguida da Construção de Ligações Sociais (27%). **Isto indica que, em Mértola, a emergência e sucesso de episódios concretos já ocorridos seja associada às competências de relacionamento já desenvolvidas e às relações estabelecidas entre indivíduos e grupos. O estabelecimento de relações é, não obstante, apontado também como um factor que necessita de maior investimento, em conjugação com o desenvolvimento da capacidade de mobilização dos membros desta comunidade.**

Na região de Moura, quando os participantes estão a falar de *Episódios* referem mais frequentemente que os *Facilitadores* foram a Capacitação Externa (28%) e o Papel da História e do Tempo (24%) e dão uma importância diminuta à Capacidade de Mobilização (7%). Este resultado é especialmente interessante quando constatamos que os mesmos participantes salientam de forma expressiva a importância desta Capacidade de Mobilização (42%) quando estão a *Analisar as Acções* de forma geral. A Construção de Ligações Sociais (24%) é também destacada por estes participantes.

Isto remete para que, em Moura, o sucesso das acções concretas de resolução de problemas tenha vindo a ser associado com a forma como entidades externas possibilitam essas acções e ao decurso dos acontecimentos. No entanto, quando se trata de referir factores que possam, no futuro, ser determinantes das acções e do seu sucesso, estes participantes consideram importante haver mais mobilização dos indivíduos e grupos dentro da comunidade e um maior investimento em contactos e no diálogo entre indivíduos e entidades.

Se compararmos os resultados obtidos para as barreiras e facilitadores, verificamos que os factores considerados mais impeditivos da acção narrada e ideal foram consensuais, enquanto no caso dos factores que facilitam a acção, estes divergem consoante o discurso fosse sobre episódios ou análises de acções. Consta-se, assim, que o discurso é mais consistente e sólido relativamente às *Barreiras* que aos *Facilitadores*, o que sugere que tem havido um maior debate nas comunidades sobre os factores que dificultam as acções do que sobre os factores que potenciam as acções.

Comparação por proximidade com a lei

A comparação do padrão de resultados obtidos mostra uma grande semelhança nos factores que ambos os grupos consideram facilitar as acções cívicas. Ainda assim, constata-se que os facilitadores mais relevantes para o grupo com elevada proximidade com a lei são principalmente a construção de ligações sociais e a capacidade de mobilização, ambos com perto de 30% de prevalência. No caso do grupo com reduzida proximidade não existe um facilitador com clara preferência. Para ambos os grupos, o papel da história e do tempo é pouco expressivo.

Tabela 13. Comparação dos *Facilitadores* das acções entre os grupos com diferentes *Níveis de Proximidade com a Lei*

Facilitadores	Elevada Proximidade		Reduzida Proximidade		Total	
	Contagem	Porcentagem	Contagem	Porcentagem	Contagem	Porcentagem
H1.Competências Colaborativas	49	22%	21	21%	70	21%
H2.Construção de Ligações Sociais	62	27%	26	25%	88	27%
H3.Capacitação Externa	35	15%	22	22%	57	17%
H4.Mobilização	64	28%	21	21%	85	26%
H5.Papel da História/Tempo	17	8%	11	11%	28	9%
Total	227	100%	101	100%	328	100%

V. Conclusões

A introdução de novas leis, nas sociedades actuais, para regular a relação de indivíduos e grupos com a biodiversidade, como é o caso da Rede Natura 2000, trouxe consigo várias propostas e desafios, quer para as instituições que as definem, quer para os vários agentes e comunidades que procuram traduzir estas leis para práticas concretas. O principal objectivo do trabalho realizado pelo CIS, no âmbito da **acção D.1, *Implementação de um programa de participação pública***, foi o de contribuir para a compreensão de como são recebidas e negociadas estas leis e a sua tradução para o quotidiano, com enfoque no caso concreto da protecção das aves estepárias. Numa primeira fase deste trabalho foi efectuado um levantamento dos conteúdos usados por diferentes grupos dentro da comunidade para expressar quer apoio quer resistência a estas propostas. Embora fossem evidentes expressões de desacordo com aspectos específicos da implementação destas leis, as manifestações de resistência são mais subtis do que flagrantes – ou seja, as comunidades contestam, neste caso específico, a aplicação concreta das leis, defendendo simultaneamente a importância de uma organização social regulada por leis. Os formatos de contestação identificados na Fase I são, além disso, pouco activos e surgem associados a críticas à forma como as instituições permitem o acesso às decisões e ao baixo sucesso percebido das acções que podem ocorrer. Em simultâneo, as comunidades expressaram vontade de ver envolvido um maior número de actores nestes processos de decisão.

Este enquadramento resultou na definição como objectivo geral para a Fase II desta acção conhecer de modo detalhado os aspectos que potenciam e os que dificultam o envolvimento cívico e as acções individuais e colectivas de adaptação às novas regulamentações e práticas de conservação nas comunidades que vivem nas zonas de habitat das aves estepárias. Procurou-se, com recurso a nove grupos de discussão focalizada, conhecer de que forma as comunidades reflectem sobre o seu envolvimento em processos de mudança social. A compreensão da forma como as comunidades integram na sua história e apresentam no seu discurso os processos participativos e as acções de intervenção assume particular importância dado estes processos poderem contribuir para as comunidades se constituírem agentes de mudança (Campbell e Jovchelovitch, 2000; Devine-Wright, 2009; Drury e Reicher, 2005).

Para avançar no conhecimento da acção cívica a nível local, foi solicitado aos participantes nos debates que descrevessem acções individuais e colectivas já ocorridas e avaliassem o seu impacto, através da *narrativa de episódios*. Além disso, pretendeu-se conhecer os factores que estas comunidades propõem intervir na sua capacidade para desenvolver estas acções, nomeadamente barreiras e facilitadores, suscitando para tal espaços de *reflexão proposicional*, mais analítica e abstracta.

Embora se tenha encontrado uma tendência para os participantes narrarem mais episódios ou reflectirem mais sobre acções quando isso era especificamente solicitado no guião, esta diferença não

é muito expressiva. A análise mostrou, assim, que **estes dois tipos de discurso são usados de forma complementar** pelos participantes, que ora descrevem episódios concretos de intervenção para resolver problemas, ora fazem considerações mais genéricas sobre diferentes tipos de acção. *Na zona de Mértola divergem desta tendência no que diz respeito à análise das acções, verificando-se que nesta região os participantes quase só se envolvem na análise mais reflexiva da acção quando instigados.*

O que é um episódio típico? São intervenções em que um ou mais **indivíduos não integrados num grupo organizado e formal** (ou que são representados por uma entidade associativa) **interagem com entidades de interface com a lei** (como o ICNB). *Em Moura é dado destaque também à intervenção do poder local.* Em geral, **o problema mais vezes referido é a perda económica** associada, em particular pelos participantes do sector agrícola, à implementação das leis de protecção da biodiversidade. A **causa** mais associada a este problema é a **desadequação das medidas e regulamentos ao contexto local**, que dificultam a sua implementação. Os resultados das acções efectuadas dividem-se entre positivos, negativos e parciais ou mistos.

E que acções são referidas por estas comunidades? **São mais vezes referidas acções que envolvem o debate formal e informal de ideias entre indivíduos de grupos ou entidades diferentes (debate inter-grupal)**; são menos vezes referidas acções de protesto e a construção de parcerias. Uma análise mais fina mostra que quando há protesto, este é **individual**. A referência a parcerias é residual.

O **contacto directo com as leis** e sua implementação no terreno (por exemplo, sendo proprietário ou agricultor) está **associado a duas formas de resolução de problemas**. Uma delas está claramente orientada para **alterar apenas a própria situação individual (protesto individual informal)**. A outra está centrada na **relação próxima e no diálogo com outras entidades e indivíduos (debate intergrupar)**. Quem está **menos próximo destas leis** (residentes não proprietários) refere também o **debate de ideias, dentro e entre grupos** diferentes, e **recorre mais a formas de protesto colectivo organizado**.

As acções referidas pelos participantes são diferentes consoante o tipo de discurso? As análises mostram que a acção mais referida nos dois tipos é o Debate Formal Inter-Grupo. Este é, portanto, a acção mais frequente e também aquela sobre a qual há mais reflexão. Nos *Episódios* contados a segunda acção mais referida é o **Protesto Individual Informal**; já na *Análise da acção* a segunda acção mais referida é o **Protesto Colectivo Formal**. Estes resultados propõem que, **não obstante os indivíduos protestarem individualmente e em contextos informais**, algumas vezes através de actos ilegais, **quando reflectem acerca das acções que poderiam realizar referem mais frequentemente formas de expressão colectiva de defesa de uma posição**, de que são exemplo as manifestações. É também de salientar que as acções de protesto formal – individual e colectivo – não são mecanismos vistos como acessíveis ou são associadas barreiras à sua implementação.

Que barreiras e facilitadores da acção são então identificados por estas comunidades? Este trabalho assumia que as **relações interpessoais e intergrupais/interinstitucionais poderiam, na prática, ser quer** barreiras quer facilitadores da participação cívica a nível local (Castro e Batel, 2008; Christens, 2011; Buchecker, Hunziker e Kienast, 2003; Castro e Mouro, 2011). Partindo da noção de **capacitação relacional** (Christens, 2011), foram definidos cinco factores que podem influenciar a capacidade dos indivíduos para pôr em prática uma acção de resolução de problemas: ter **competências colaborativas** (centrado no indivíduo), construir **ligações sociais** (centrado no contexto e na relação), existir **capacitação externa** (centrado no papel do outro), haver **mobilização** (centrado na acção organizada) e haver a **transmissão de um legado** (centrado no papel da história e do tempo). Foi analisado se estes factores eram vistos pelos participantes como barreiras ou como facilitadores da acção.

As **Barreiras** mais salientadas pelas comunidades locais são a **falta de competências colaborativas individuais** e uma **deficiente capacitação externa**. Ou seja, os participantes destacam quer a necessidade de os indivíduos e grupos desenvolverem mais competências relacionais e de actuação cívica (*principalmente em Castro Verde e para quem está menos próximo das leis*), quer as dificuldades ou falta de abertura por parte de Outros grupos e entidades (institucionais) para envolver as comunidades nos processos de decisão que afectam o seu quotidiano (*principalmente em Moura e para quem está próximo das leis*).

Entre os facilitadores, é menos evidente quais os que ganham maior destaque. Na análise dos **episódios** o que se tornou mais saliente é que recorrem pouco a exemplos passados, ou seja, não é dada relevância à transmissão do legado relativo à intervenção cívica, *com excepção da região de Moura, em que este factor é referido em muitos dos episódios relatados. Também em Moura, o sucesso das acções concretas de resolução de problemas foi associado com a forma como algumas entidades externas possibilitam essas acções e ao decurso dos acontecimentos*.

Na análise das **acções** que gostariam que acontecessem é dado mais destaque à **construção de ligações sociais** e à **capacidade de mobilização**. **Estas comunidades estão assim a propor que a sua capacitação para intervir nas decisões que as afectam passa por haver mais mobilização dos indivíduos e grupos dentro da comunidade e por um maior investimento em contactos e no diálogo entre indivíduos e entidades**.

Se compararmos os resultados obtidos para as barreiras e facilitadores, verificamos que os factores considerados mais impeditivos da acção narrada e ideal foram consensuais, enquanto no caso dos factores que facilitam a acção, estes divergem mais consoante o discurso fosse sobre episódios ou análises de acções. Constata-se, assim, que o discurso é mais consistente e sólido relativamente às Barreiras que aos Facilitadores, o que sugere que **tem havido um maior debate nas comunidades sobre os factores que dificultam as acções do que sobre os factores que potenciam as acções**.

VI. Referências bibliográficas

- Bardin, L. (1977/2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barlow, K., & Cocklin, C. (2003). Reconstructing rurality and community: Plantation forestry in Victoria, Australia. *Journal of Rural Studies*, 19, 503-519.
- Bavel, R., & Gaskell, G. (2004). Narrative and Systemic Modes of Economic Thinking. *Culture & Psychology*, 10, 417-439.
- Beierle, T. (1998). Public participation in environmental decision: An evaluation framework using social goals. Discussion paper.
- Bruner, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bruner, J. (2002). *Making Stories: Law, Literature, Life*. Cambridge: Harvard University Press.
- Buchecker, M., Hunziker, M., & Kienast, F. (2002). Participatory landscape development: overcoming social barriers to public involvement. *Landscape and Urban Planning*, 64, 29-46.
- Campbell, C., & Jovchelovitch, S. (2000). Health, community and development: Towards a Social Psychology of Participation. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 10, 225-270.
- Carrus, G., Bonaiuto, M., & Bonnes, M. (2005). Environmental concern, regional identity, and support for protected areas in Italy. *Environment & Behavior*, 37, 237-257.
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social representation, change and resistance: On the difficulties of generalizing new norms. *Culture & Psychology*, 14, 475-497.
- Castro, P., & Lima, L. (2001). Old and new ideas about the environment and science: an exploratory study. *Environment & Behaviour*, 33, 400-423.
- Castro, P., & Mouro, C. (2011). Psycho-social processes in dealing with legal innovation in the community: Insights from biodiversity conservation. *American Journal of Community Psychology*.
- Castro, P., Mouro, C., & Costa, M. (2011). Relatório Técnico da Acção D.1, Fase I, do Projecto Life Estepárias (LIFE07/NAT/P/654). Lisboa: CIS/ISCTE-IUL.
- Chan, K., Pringle, R., Ranganathan, J., Boggs, C., Chan, Y. et al. (2007). When Agendas Collide: Human Welfare and Biological Conservation. *Conservation Biology*, 21, 59-68.
- Christens, B. (2011). Toward Relational Empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 50, 114-128.
- Devine-Wright, P. (2009). Rethinking NIMBYism: The Role of Place Attachment and Place Identity in Explaining Place-protective Action. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 19, 426-441.
- Drury, J., & Reicher, S. (2005). Explaining enduring empowerment: A comparative study of collective action and psychological outcomes. *European Journal of Social Psychology*, 35, 35-58.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Hernández, B., Martín, A. M., Ruiz, C., & Hidalgo, M. C. (2010). The role of place identity and place attachment in breaking environmental protection laws. *Journal of Environmental Psychology*, 30, 281-288.
- Hiedanpää, J. (2005). The edges of conflict and consensus: a case for creativity in regional forest policy in Southwest Finland. *Ecological Economics*, 55, 485-498.

- Ho, A., Sidanius, J., Pratto, F., Levin, S., Thomsen, L., Kteily, N., & Sheehy-Skeffington, J. (2012). Social Dominance Orientation: Revisiting the Structure and Function of a Variable Predicting Social and Political Attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(5), 583–606.
- Kelly, G., & Steed, L. (2004). Communities coping with change: A conceptual model. *Journal of Community Psychology*, 32, 201–216.
- Klandermans, B. (2002). How group identification helps to overcome the dilemma of collective action. *American Behavioral Scientist*, 45, 887-900.
- Lima, M. L. (2009). Sostenibilidad y participación social. In R. García Mira y P.V. Marcote (Dirs.), *Sostenibilidad, valores y cultura ambiental* (pp. 209-224). Madrid, Espanha: Ediciones Pirámide.
- Mouro, C., & Castro, P. (2010). Local communities responding to ecological challenges – A psycho-social approach to the Natura 2000 network. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 20, 139–155.
- Rappaport, J. (1995). Empowerment meets narrative: Listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*, 23, 795-807.
- Spini, D., & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Staerklé, C., & Clémence, A. (2004). Why People are Committed to Human Rights and Still Tolerate Their Violation: A Contextual Analysis of the Principle–Application Gap. *Social Justice Research*, 17, 389-406.
- Stoll-Kleemann, S. (2001). Barriers to nature conservation in Germany: A model explaining opposition to protected areas. *Journal of Environmental Psychology*, 21, 369-385.
- Visser, M., Moran, J., Regan, E., Gormally, M., & Skeffington, M. (2007). The Irish agri-environment: How turlough users and non-users view converging EU agendas of Natura 2000 and CAP. *Land Use Policy*, 24, 362-373.

VII. Anexo A

Sistema de Categorias

Objecto de análise	Episódio de acção/reacção face aos programas e medidas propostos	
I – Processo	Descrição do Episódio e da Acção	
A0.Problema Identificação e descrição do tipo de problema	A1. Perda económica	- Perda económica; - Limitações na exploração agrícola; - Vulnerabilidade social. Associadas a falta de compensações, inflação, diminuição da qualidade do produto
	A2. Empobrecimento da região	Diminuição de postos de trabalho, diminuição de oportunidades para a população, abandono da região, população envelhecida
	A3.Desequilíbrio da Natureza	A relação entre as espécies (fauna e flora) está desequilibrada, o que perturba o equilíbrio da Natureza
	A4.Problemas que Afectam a Vida	Problemas levam a alterações na vida das pessoas da comunidade, problemas gerais, e.g. falhas de electricidade da EDP
B0.Participantes Indivíduos/entidades que participam na acção/prática	B1.Indivíduo(s)	Pessoa age sem estar integrada num grupo organizado e formal, e.g. agricultor individualmente ou conjunto de agricultores
	B2.Entidade de Representação	Associações de agricultores/Cooperativas
	B3.Entidades de Interface com as leis/medidas	Entidades que, no terreno, implementam, negociam e regulam o cumprimento das medidas/leis
	B4.Poder Local	Câmaras Municipais ou das Juntas de Freguesias
	B5.Poder Governamental	Representantes directos do governo, e.g. Presidente da república, 1º Ministro, Ministros do Ambiente e Agricultura
	B6.Comunidade	Indivíduos, instituições, empresas da região sem interesses investidos, e.g., residentes, escola
	B7.Media/Comunicação Social	Meios de comunicação social, e.g. televisão
C.Acções	C1.Debate Formal Intra-Grupo	Encontro, em contexto formal, entre indivíduos do mesmo grupo (Discutir as medidas ou os problemas, reuniões, debate e construção de ideias)
	C2.Debate Formal Inter-Grupo	Encontro, em contexto formal, entre indivíduos/entidades de grupos diferentes, e.g. agricultores e LPN (Discutir as medidas ou os problemas, reuniões, debate e construção de ideias, diálogo com ministros, participar em acções de formação)
	C3.Debate Informal Intra-Grupo	Encontro, em contexto informal, entre indivíduos do mesmo grupo (Discutir as medidas ou os problemas, conversas entre

		agricultores sobre as medidas, reclamar nos cafés)
	C4.Debate Informal Inter-Grupo	Encontro, em contexto informal, entre indivíduo(s)/entidades de grupos diferentes (Discussão das medidas ou problemas relacionados entre agricultores e entidades no terreno, conversa sobre implementação de uma medida no terreno)
	C5.Protesto Individual Formal	Indivíduo que expressa o seu desacordo/descontentamento em contexto formal (Através do voto nas eleições, não adesão aos programas (ITI), reclamar formalmente (livro amarelo)
	C6.Protesto Individual Informal	Indivíduo que expressa o seu desacordo/descontentamento em contexto informal (Eliminar a fonte do problema quando mata os animais protegidos na sua exploração ou quando não fecha o portão, não agir, participar ou comunicar intencionalmente)
	C7.Protesto Colectivo Formal	Grupo de indivíduos que expressa o desacordo/descontentamento em contexto formal, e.g. abrir um processo em tribunal ou participar numa manifestação pública
	C8.Protesto Colectivo Informal	Grupo de indivíduos que expressa o desacordo/descontentamento em contexto informal, e.g. reclamar no café
	C9.Parceria Formal Intra-Grupo	Criação de parceria e/ou protocolo formal ou associação entre indivíduos do mesmo grupo
	C10.Parceria Formal Inter-Grupo	Criação de parceria e/ou protocolo formal entre entidades de diferentes grupos, e.g. associação de caça e LPN
E0.Resultados Resultado da acção implementada face ao problema	E1.Resultados Negativos	Não ocorreu a mudança desejada e/ou ocorreram outras mudanças que são consideradas negativas
	E2.Resultados Positivos	Ocorreu a mudança desejada e/ou ocorreram outras mudanças que são consideradas positivas
	E3.Resultados Parciais/Mistos	Ocorreu uma mudança parcial de acordo com o desejado e/ou ocorreram mudanças que não tiveram impacto
F0. Causa do Problema	F1.Dificuldade de Implementação	O Problema existe devido: - À desadequação das medidas ao contexto agrícola e da região e às dificuldades concretas em as implementar; - À falta de conhecimento das entidades externas acerca das especificidades do terreno; - Ao não reconhecimento do conhecimento local/dos agricultores.
	F2.Contexto Sócio-Político	O Problema existe devido: - Ao contexto Sociopolítico associado à construção/implementação das leis; - A situações em que houve má gestão governamental (e.g. dinheiro devolvido à

		União Europeia); - Ao conflito de interesses económicos e políticos entre as entidades envolvidas (e.g. Parque Natural e CM); - À pressão e ao incentivo das entidades envolvidas para aderir aos programas
II – Factores	Factores que influenciam a Prática/Acção	
G0.Barreiras	G1.Competências Colaborativas	<i>Centrado no Próprio (indivíduos/agricultores)</i> - Características pessoais e culturais dos indivíduos que dificultam a acção e colaboração entre indivíduos face a um problema; - Desresponsabilização do papel do indivíduo na mudança; - Baixo prejuízo percebido que leva à não acção e não colaboração (não me afecta o suficiente);
	G2.Construção de ligações sociais	<i>Centrado na Relação e no Contexto</i> - Não procura, evitamento ou dificuldade em estabelecer relações/actividades interpessoais/interentidades para promover a resolução do problema; -A falta de informação sobre o problema/contexto/assunto que dificulta a acção mais eficaz; - Não partilha do problema (afecta os outros, mas não me afecta a mim; não afecta pessoas suficientes).
	G3.Capacitação Externa	<i>Centrado no Outro</i> - Características das entidades externas ao indivíduo/grupo que dificultam a capacidade de agir no processo de mudança; -A falta de clareza das mensagens transmitidas pelos outros; - Mau funcionamento das estruturas e entidades externas de reclamação são barreiras à acção.
	G4.Mobilização Organizada	<i>Centrado na Acção Organizada</i> - Características psicológicas e instrumentais que dificultam a mobilização colectiva dos indivíduos no processo de mudança; - Dificuldades associadas à implementação do associativismo são barreiras à acção; -A percepção de baixo poder político-económico do indivíduo (isoladamente) e/ou do grupo que dificulta a mobilização.
	G5. Transmissão de legado	<i>Centrado na História</i> - Recurso a episódios passados de tentativas de mudança sem sucesso para evidenciar o insucesso de acções futuras; - Recurso ao passar do tempo para previsão de não acção ou o recurso à não acção em situações futuras;

H.Facilitadores	H1.Competências Colaborativas	<p><i>Centrado no Próprio (indivíduos/agricultores)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Características pessoais e culturais dos indivíduos que facilitam a acção e colaboração entre indivíduos face a um problema; - Importância de ter um papel activo na mudança; - Elevado prejuízo percebido que leva à acção para a mudança (afecta-me o suficiente para agir);
	H2.Construção de ligações sociais	<p><i>Centrado na Relação e no Contexto</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Valorizar a procura e facilidade em estabelecer relações/actividades interpessoais/inter-entidades para promover a resolução do problema; - Valorização do diálogo enquanto força da acção e mudança; - Valorização do conhecimento empírico e formal do contexto e/ou da situação enquanto facilitador da acção; - Partilha do problema entre os indivíduos (afecta os outros e também me afecta a mim; afecta mais pessoas é mais relevante).
	H3.Capacitação Externa	<p><i>Centrado no Outro</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Características das entidades externas ao indivíduo/grupo que facilitam a capacidade de agir no processo de mudança; - Construção de oportunidades/actividades de promoção da acção (e.g. acções de formação) - Clareza nas mensagens
	H4.Mobilização	<p><i>Centrado na Acção Organizada</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Características psicológicas e instrumentais que facilitam a mobilização colectiva dos indivíduos no processo de mudança; - Reconhecimento do associativismo enquanto estratégia eficaz para a acção; - Valorização da força política do grupo (e.g. agricultores).
	H5. Transmissão de legado	<p><i>Centrado na História</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Recurso à ideia de que há mudanças de “mentalidade” ao longo do tempo para evidenciar sucesso de acções futuras e a facilidade em mudar com o passar do tempo; - Reconhecimento das diferenças entre gerações para evidenciar/prever a mudança.